



EDITAL - REPUBLICAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO MENSAL

PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº. 004/2026-PREF

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 034/2026-PREF

DATA DE ABERTURA: 22/05/2026. HORÁRIO: 09h00m

PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS, SEDIADAS LOCAL OU REGIONALMENTE, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 233/2025.

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E EQUIPARADAS, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/2014, COM SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES E DECRETO MUNICIPAL Nº 233/2025.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até as 08h59min. do dia 22/05/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO: 22/05/2026, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 22/05/2026, às 09h15min.

PLATAFORMA VIRTUAL: <https://www.licitanet.com.br/>.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO MENSAL.

Obs.: Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS/TO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento **MENOR PREÇO MENSAL**, nos termos da [Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2014 com suas posteriores alterações, Decreto Municipal nº. 233/2025 e exigências estabelecidas neste Edital.

Este pregão será conduzido pelo Pregoeiro **Kauan Batista Marins**, com o apoio da respectiva Equipe de Apoio, que irá participar e auxiliar na análise, discussão e deliberação das decisões e atos praticados nesse processo.

Na hipótese de não haver expediente ou ocorrer qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública, a critério exclusivo da **Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO**, através do Setor de Licitação, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

São atribuições do Pregoeiro e Equipe de Apoio: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e

decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela equipe responsável pela elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, COM TODAS AS DESPESAS INCLUSAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

1.2. A licitação será realizada por item, conforme tabela constante no Termo de Referência, em anexo.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO MENSAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao(s) órgão(s) gerenciador(es) e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Cariri do Tocantins – TO, conforme abaixo:

3.1.1. Das dotações por órgãos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI

0303.0012.04.122.0012.2003 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO - SAPG. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

0303.0003.27.606.0186.2151 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RURAL - SIR. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

0303.0003.14.422.0155.2166 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA MULHER E CIDADANIA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

0303.2052.15.451.0147.2052 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - SINFMMA. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0021.20.122.0152.2005 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SAP. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0028.18.541.0149.2167 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E TURISMO. 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0030.04.122.0012.2166 – MANUTENÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER E CIDADANIA. 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02.02.0150.10.122.0025.2025 – GESTÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15001002000000 – ASPS.

3.2. Poderá ser incluída nova dotação orçamentária ou alterada as existentes desde que justificadas mediante Termo de Apostilamento.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Para participar, os licitantes deverão providenciar o seu credenciamento, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade dos participantes o cadastro prévio do sistema eletrônico.

4.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: forneecedor@licitanet.com.br.

4.3. É de responsabilidade dos licitantes, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

4.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes, ainda que por terceiros.

4.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-

se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.4. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular na plataforma virtual Licitanet.

4.5. A presente licitação dará prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, sediadas local ou regionalmente, conforme Decreto Municipal nº 233/2025, benefício que se estabelece em face das peculiaridades municipais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social.

4.6. A presente licitação dará tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, conforme Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2014, com suas posteriores alterações e Decreto Municipal nº 233/2025.

4.7. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

4.7.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.7.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.7.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, da Lei nº. 14.133, de 2021;

4.7.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, bem como a fase de julgamento das propostas.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

5.4. Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados apenas pelo(s) licitante(s) vencedor(es), nos termos do art. 63, inciso II da Lei nº. 14.133/2021.

5.5. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e equiparadas, deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade

fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº. 123, de 2006.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

5.8. A proposta final e os documentos de habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento o julgamento das propostas e o envio dos documentos respectivamente.

5.9. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.9.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, que conhece e cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

5.9.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.9.3. que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços;

5.9.4. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.9.5. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.9.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

5.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021.

5.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparadas, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.12. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Modelo de cada item ofertado;

6.2. Todos os dados contidos na proposta vinculam a contratada.

6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, poderão ser desconsiderados, desde que o licitante justifique e o Pregoeiro aceite, podendo ser realizado até o final da fase de negociação. Após a negociação, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Será desclassificada a proposta que:

7.2.1. conter vícios insanáveis;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço inexequível ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Pregoeiro;

7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

7.2.6. que identifique o licitante.

7.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do(s) item(ns), poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do(s) item(ns) ou da área técnica especializada no(s) item(ns).

7.4. A recusa da(s) proposta(s) será(ao) sempre fundamentada e registrada no sistema, com

acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta inicial não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário na fase de julgamento das propostas.

7.6. O Pregoeiro analisará previamente as propostas iniciais em relação ao subitem 7.2., no que couber. Após a análise, o sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.8.1. Os lances deverão ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando as regras estabelecidas no Edital.

7.10. Os licitantes somente poderão oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de **R\$: 0,50 (cinquenta) centavos**, no tempo mínimo de 01 (um) segundo.

7.12. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances em geral não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO".

7.13.1. MODO DE DISPUTA ABERTO:

7.13.1.1. No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.1.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.13.1.3. Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.13.1.4. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada na plataforma virtual Licitanet (<https://licitanet.com.br/>), com data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas no mínimo 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Empate ficto:

7.20.1. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006.

7.20.2. As propostas de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada naquele item.

7.20.3. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.4. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Regionalização:

7.21.1. Conforme dispõe o art. 9º do Decreto Municipal nº. 233/2025, de modo a atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 1º da mesma lei e no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº. 123/2006, terá prioridade de contratação as

microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas local ou regionalmente que se encontrem no limite de até 10% (dez por cento) superior a melhor proposta ou melhor lance ofertado naquele item.

7.21.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.3. A prioridade será para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas no Município de Cariri do Tocantins/TO.

7.21.4. Não tendo microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas sediadas no Município de Cariri do Tocantins/TO, cuja proposta esteja no limite de até 10% (dez por cento), a prioridade será dada para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas regionais e, em último caso, as demais sediadas em outros municípios do Estado do Tocantins.

7.21.5. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparada sediada local ou regionalmente desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. Considera-se âmbito regional: Região Metropolitana de Gurupi, instituída pela Lei Complementar nº. 93, de 3 de abril de 2014, integrada pelos Municípios de Gurupi, Aliança do Tocantins, Figueirópolis, Dueré, Lagoa da Confusão, Crixás do Tocantins, Cariri do Tocantins, Sucupira, Peixe, Jaú do Tocantins, São Valério da Natividade, Alvorada, Palmeirópolis, Araguaçu, Sandolândia, Formoso do Araguaia, Talismã e São Salvador do Tocantins.

7.22. Empate real:

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.24. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro recusar a proposta, por qualquer motivo que seja, e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.25. Na participação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto e regionalização, previsto na LC nº. 123, de 2006 e no Decreto Municipal nº. 233/2025.

7.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27 Após a negociação dos preços, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento das propostas.

7.28. O(s) licitante(s) vencedor(es) será(m) convocado(s) para apresentar(em) a planilha de custos e formação de preços se for o caso, e dos documentos de comprovação, em formato digital, preferencialmente em PDF para compor a sequência dos autos digitais, devendo ser anexados na plataforma de disputa no prazo máximo de 02 (duas) horas contados da solicitação do pregoeiro, responsável pela condução do certame.

8. DA INEXEQUIBILIDADE

8.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade as propostas com desconto superior a 30,0000% (trinta por cento) do valor orçado pela Administração.

FÓRMULA:

VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO – 30,0000% (trinta por cento)

EX.:

ORÇADO DA ADMINISTRAÇÃO	– 30,0000% (trinta por cento)	= X
R\$ 1.000,00 (um mil reais)	– 30,0000% (trinta por cento)	= R\$ 700,00 (setecentos reais)

Conforme o exemplo:

- Os licitantes deverão encaminhar a planilha de custos e formação de preços para as propostas com valores inferiores a R\$ 700,00 (setecentos reais), acompanhada de sua comprovação no momento solicitado pelo Pregoeiro.

- Os licitantes estarão dispensados de apresentar a planilha de custos e formação de preços para as propostas com valores entre R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

8.1.1. A planilha de custos e formação de preços e os documentos de comprovação deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados a partir da solicitação do Pregoeiro.

8.1.2. A planilha de custos e formação de preços deverá conter, no mínimo, as seguintes informações;

8.1.2.1. Item, especificação, quantidade, unidade;

8.1.2.2. Custo unitário do item;

8.1.2.3. Custo total do item;

8.1.2.4. Margem de Lucro;

8.1.2.5. Preço Final;

8.1.3. Para comprovação de preços da planilha de custos e formação de preços, os licitantes deverão encaminhar documentos que comprovem a viabilidade dos preços apresentados, tais como notas fiscais e/ou contratos e/ou faturas e/ou orçamentos e/ou quaisquer outros elementos idôneos que demonstrem a compatibilidade dos valores ofertados com os custos necessários à execução do objeto.

8.1.3.1. A comprovação deverá estar harmonizada com os preços propostos e concatenada com a realidade de mercado.

8.1.4. Em caso da necessidade de esclarecimentos acerca da planilha de custos e formação de preços ou dos documentos de comprovação, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao(s) item(ns) e à compatibilidade do(s) preço(s) em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, e a ocorrência será registrada em ata.

9.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da ata e do contrato, observando a aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. Encerrada a análise quanto a proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1. Os licitantes deverão possuir cadastro na plataforma virtual Licitanet.

11.2. O licitante vencedor deverá enviar os documentos de habilitação, bem como as declarações, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação do Pregoeiro.

11.3. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA NOS SEGUINTES CADASTROS:

11.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

11.3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.3.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>).

11.3.4. As consultas mencionadas acima poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.4. As consultas aos cadastros serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.4.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio

dos documentos solicitados e anexados na plataforma virtual Licitanet, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, bem como as declarações.

11.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização.

11.9. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo convocado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparada com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação nos termos abaixo, seja por não apresentar os documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.12. Após encerrado o prazo de envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligências, devendo o licitante substituir/apresentar no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação, para:

11.12.1. Complementação/comprovação de informações acerca dos documentos já apresentados.

11.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado.

11.14. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, **nomeados conforme o seu conteúdo**, afim de facilitar a análise, **sendo desaconselhado o envio de documentos não exigidos**, de modo a não ocasionar dificuldades, atrasos ou prejuízos na análise da documentação de habilitação.

12. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1. A habilitação jurídica será comprovada pelos seguintes documentos:

12.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764, de 1971;

12.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da última alteração consolidação, bem como de cópia do RG ou CNH (cópia ou digital) do(s) proprietário(s) e/ou administrador(es).

13. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.1. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada pelos seguintes documentos:

13.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ao qual o documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão.

13.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº. 1.751, de 02/10/2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.1.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, junto ao Estado sede da empresa

licitante.

13.1.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, da sede da empresa licitante;

14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada pelos seguintes documentos:

14.1.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

14.1.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, dispensada a apresentação se a empresa for MEI;

14.1.2.1. A licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, ou equiparada optante pelo simples nacional poderá substituir o balanço patrimonial pelo Extrato do Simples Nacional do mês de apuração antecessor ao mês anterior da data de abertura do certame (mês de abertura do certame – 2 meses);

14.1.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, o balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis serão substituídos pelo balanço de abertura;

14.1.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº. 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

14.1.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada através dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

14.1.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos itens vencidos.

14.2. Devido à complexidade dos cálculos, os balanços serão submetidos à análise de profissionais habilitados do Município, os quais emitirão parecer técnico ao término da avaliação.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. A qualificação técnica será comprovada pelos seguintes documentos:

15.1.1. Apresentação de 01 (um) ou mais atestados ou certidões de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços e/ou o fornecimento de itens compatíveis, em características/especificações, quantidades e prazo, com o objeto licitado.

15.1.1.1. Para fins de comprovação da capacidade, admitir-se-á a apresentação de um único atestado ou o somatório de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem experiência compatível com o objeto licitado, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1.2. Deverão, ainda, ser apresentados os documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, quando exigidos, para fins de verificação da autenticidade e validade dos atestados apresentados.

15.1.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Pregoeiro, no prazo máximo de 02 (duas) horas, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos tais como notas fiscais, empenhos, etc.

15.1.2. DOS VEÍCULOS

15.1.2.1. Para as VANS, por não serem veículos 0km, o licitante deverá apresentar o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV de cada veículo, válido e vigente, em nome do licitante.

15.1.2.2. Considerando que a subcontratação é expressamente vedada neste processo licitatório, somente serão aceitos veículos de propriedade do próprio licitante, devidamente registrados em seu nome, não sendo admitida a apresentação de veículos pertencentes a terceiros, sob qualquer forma contratual, tanto na sessão (em relação as vans), quanto na vistoria (em relação aos demais veículos).

15.1.3. DA PROVA DE CONCEITO

15.1.3.1. Os veículos a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento. O licitante provisoriamente vencedor terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar a demonstração da prova de conceito, que será agendada pelo departamento ordenador da despesa, conforme autorizado pelo §3º do artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, ocasião em que deverá demonstrar o software de gestão veicular, em pleno funcionamento, sendo este imprescindível para avaliar a qualidade, o desempenho ou a funcionalidade do objeto ofertado.

15.1.3.2. Caso o licitante melhor colocado não apresente a prova de conceito ou esta seja reprovada, sua proposta deverá ser desclassificada, devendo a Comissão Técnica, analisar a aceitabilidade da proposta do segundo colocado, procedendo o certame a partir daí, sucessivamente, até que seja classificada empresa que atenda plenamente às exigências do Termo de Referência.

15.1.3.3. Para avaliação da Prova Conceito será formalizada uma equipe composta por 3 (três) servidores da unidade demandante que realizarão a análise.

15.1.3.4. A análise consistirá na avaliação das funcionalidades abaixo relacionadas, devendo a equipe manifestar-se objetivamente pela sua presença mediante declaração de SIM ou NÃO (ATENDE OU NÃO

ATENDE):

- A.** Possui aplicativo de gestão de reservas de veículos da frota dedicada?
- B.** Possui plataforma para cadastro dos motoristas autorizados e habilitados a utilizar os veículos?
- C.** Possui comunicação via bluetooth entre aparelho celular e o veículo com função de abertura e fechamento de portas?
- D.** O aplicativo disponibilizado no aparelho celular possui a funcionalidade de checklist eletrônico com fotos para registro da retirada e devolução do veículo?
- E.** Possui equipamento devidamente instalado no veículo, com informações em tempo real de telemetria, velocidade, tanque de combustível e bateria?
- F.** Possui plataforma online integrada com aplicativo que disponibilize indicadores e métricas de gestão de frota (como por exemplo: percentual de ocupação da frota, percentual de improdutividade da frota, informações sobre quantitativos de reservas ou diárias utilizadas pelos departamentos, planejamento de manutenções, entre outros)?

16. DECLARAÇÕES

16.1. As declarações exigidas são:

16.1.1. Declarações constantes no item 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, consolidadas ou não, contendo os dados do licitante e os dados do processo licitatório, devidamente assinada.

16.1.2. As declarações acima exigidas poderão ser substituídas por meio da declaração única disponibilizada pelo sistema (LICITANET).

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Realizado a homologação, após a vistoria realizada no prazo de até 05 (cinco) dias, o vencedor terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 2021.

17.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

17.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

17.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.3. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital (ICP-Brasil) e disponibilizada no sistema de registro de preços.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

17.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica

para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração convocará os licitantes remanescentes.

18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Na licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

18.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

18.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

18.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

18.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº. 11.462/23.

18.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

18.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

18.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19. DOS RECURSOS

19.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº. 14.133, de 2021.

19.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

19.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

19.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

19.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos, sendo permitido em dois momentos.

19.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

19.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

19.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

19.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cariri.to.gov.br.

20. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

20.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

20.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

20.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

20.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

20.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma virtual

Licitanet, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

21.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

23. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

23.1. Após a homologação da licitação, realizada a vistoria, assinado a ata de registro de preços, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

23.2. O adjudicatário terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

23.2.1. O Termo de Contrato ou instrumento equivalente será assinado preferencialmente por meio de assinatura digital.

23.2.2. Deverá ser assinado por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

23.2.3. O prazo previsto no subitem 23.2. poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

23.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

23.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021;

23.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

23.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art., 137, nas formas prevista em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.

23.4. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

23.4.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

23.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato na condição proposta pelo licitante vencedor.

23.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

23.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

23.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

23.8. A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 23.6.

23.9. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

24. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

24.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral são as estabelecidas no Termo de Referência, na Minuta da Ata de Registro de Preços e na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

25. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

25.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

25.2. A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº. 14.133, de 2021.

25.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

25.4. Da entrega e critério de aceitação do objeto:

25.4.1. O prazo para as entregas dos itens/serviços serão aqueles constantes no Termo de Referência em anexo.

25.4.2. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

25.5. As regras acerca do recebimento em sentido geral são as estabelecidas no Termo de Referência, na Minuta da Ata de Registro de Preços e na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

25.6. Do Regime de execução:

26.6.1. A prestação dos serviços será de acordo com forma definida no Termo de Referência e Anexos.

26.6.2. Os serviços do objeto desta licitação poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas prevista neste Termo de Referência.

26.6.3. A prestação do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Da contratada:

26.1. Uma vez notificada, a licitante vencedora deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias seguintes à notificação, para realizar a vistoria do veículo, apresentar todos os documentos exigidos e posteriormente assinar a ata de registro de preços e contrato (a critério da administração), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

26.2. Uma vez contratada, deverá a licitante vencedora iniciar imediatamente a prestação dos serviços, prestando-os de acordo com o especificado neste Termo de Referência (Anexo I):

26.3. Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal;

26.4. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for desde que praticada por seus empregados durante a prestação dos serviços;

26.5. Zelar pela perfeita prestação dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venha a ocorrer serem sanadas em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação;

26.6. Prestação dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

26.7. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

26.8. Prestação dos serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

26.9. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação

exigidas no Edital;

26.10. A vencedora deverá assumir integralmente, por sua conta exclusiva, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária e tributária, decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto;

26.11. Manter durante o período de vigência do contrato um Preposto aceito pela Prefeitura Municipal, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

26.12. Sendo de sua responsabilidade pela realização dos serviços e a substituição do veículo quando se fizer necessário.

26.13. Será de responsabilidade da CONTRATADA todos as despesas com peças e seguro dos veículos (conforme especificação do veículo). Além dos danos causados a terceiros e quaisquer outras despesas decorrentes da presente avença, IPVA, todas as despesas com a adequação do equipamento com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, todos os encargos sociais e todos os encargos previdenciários, isentando integralmente o contratante.

26.14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE;

26.15. Convocar a licitante vencedora para, no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da convocação, vistoriar os veículos apresentados e posteriormente providenciar as assinaturas na Ata de Registro de Preços e no Contrato (a critério da administração), conforme minutas constantes no Edital;

26.16. Na vistoria realizada serão avaliados os seguintes itens: parte mecânica, itens de segurança obrigatórios, documentos dos veículos (CRLV e demais documentos dos veículos novos e demais documentos das vans), e demais itens necessários para o perfeito funcionamento dos veículos.

26.17. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora;

26.18. Assegurar-se de boas condições dos serviços prestados, verificando sempre a sua qualidade;

26.19. Fiscalizar, através do fiscal do Contrato, o cumprimento das obrigações assumidas pela licitante vencedora, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços prestados que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo Município de Cariri do Tocantins, não deva ser interrompida;

26.20. Emitir, por intermédio do fiscal de contrato, relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega dos serviços prestados, à exigência de condições estabelecidas neste edital e à proposta de aplicação de sanções;

26.21. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

26.22. Será de responsabilidade da Contratante todas as despesas com combustível e multas.

27. DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo

contratado, respeitada a ordem cronológica de pagamento dos processos.

27.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

27.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

27.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

27.5. Previamente à cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

27.6. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

27.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

27.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

27.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

27.9.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

27.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, deverá ser atualizado monetariamente conforme determina a legislação.

27.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário com dolo ou culpa:

28.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

28.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

28.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

28.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

28.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

28.1.2.4. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas;

28.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

28.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

28.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

28.1.5. Fraudar a licitação.

28.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

28.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

28.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

28.1.6.3. Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame, sem apresentar a devida justificativa;

28.1.6.4. Abandonar o certame.

28.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

28.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

28.2. A administração, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

28.2.1. Advertência;

28.2.2. Multa;

28.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

28.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

28.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

28.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

28.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

28.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

28.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

28.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

28.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

28.5. As demais disposições e procedimentos são as previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº. 14.133/21.

29. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

29.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

29.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA na plataforma virtual: <https://www.licitanet.com.br/>.

29.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a administração, e deverá ser divulgada na plataforma virtual Licitanet no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

29.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

29.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

29.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pela proponente.

29.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Todos os documentos deverão ser anexados pelos licitantes na plataforma virtual Licitanet, podendo os prazos para envio descritos neste edital ser prorrogados, desde que devidamente justificado

e deferido pelo pregoeiro.

30.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á o resultado no sistema eletrônico.

30.3. Como condição de validade e eficácia, todos os atos devem ser realizados de forma eletrônica diretamente na plataforma virtual Licitanet, conforme art. 17, § 4º da Lei 14.133, de 2021.

30.4. Todas as comunicações serão formalizadas através da plataforma virtual Licitanet.

30.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.6. Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido saneamento.

30.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

30.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.11.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

30.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

30.13. A Autoridade Superior poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

30.13.1. A anulação do pregão induz à da ata e do contrato.

30.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

30.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, na plataforma virtual <https://www.licitanet.com.br/>, e também poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins, sediada

na Avenida Bernardo Sayão, nº. 001, Centro, Cariri do Tocantins, nos dias úteis, no horário das 07h:30m às 13h00m, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

30.14.1. O Edital também pode ser solicitado pelo email: cplcariri2024@gmail.com.

31. ANEXOS

31.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

31.1.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO

31.1.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR CONSOLIDADO

31.1.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

31.1.3. ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

31.1.3.1. APÊNDICE DO ANEXO III – CADASTRO RESERVA

31.1.4. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

Cariri do Tocantins/TO, 04 de maio de 2026.

Elton Moreira Alves
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DEMANDANTE: Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO
Responsável: Elton Moreira Alves
Telefone: (63) 3383-1110.

OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Referência o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, COM TODAS AS DESPESAS INCLUSAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

1. JUSTIFICATIVA

Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade do Município de Cariri do Tocantins/TO de assegurar a disponibilidade contínua de veículos adequados ao desempenho das atividades administrativas, operacionais, técnicas e de fiscalização desenvolvidas pelas Secretarias Municipais e demais unidades administrativas, considerando que grande parte dessas atribuições demanda deslocamentos frequentes, tanto em área urbana quanto rural, bem como atendimento imediato a demandas institucionais e à população.

A opção pela locação de veículos, sem motorista, com todas as despesas inclusas mostra-se a solução mais adequada à realidade administrativa, operacional e financeira do Município, uma vez que possibilita a recomposição e a manutenção da frota de forma célere, sem a necessidade de elevado investimento inicial para aquisição de bens permanentes. Ademais, a terceirização da frota transfere à contratada a responsabilidade integral pela manutenção preventiva e corretiva, seguros, tributos, encargos legais e demais custos operacionais, assegurando maior previsibilidade orçamentária e redução de riscos de despesas extraordinárias.

Ressalta-se que, no cenário atual, o Município não dispõe de disponibilidade financeira imediata em caixa para a aquisição direta dos veículos necessários, sem comprometer o equilíbrio fiscal e a continuidade de outras despesas obrigatórias. Nesse contexto, a locação permite a diluição do impacto financeiro ao longo da vigência contratual, viabilizando o atendimento imediato das demandas das Secretarias, sem a imobilização de recursos públicos e em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal.

Do ponto de vista operacional, a locação garante maior flexibilidade e continuidade dos serviços, permitindo a substituição imediata dos veículos em caso de indisponibilidade, defeito ou sinistro, sem prejuízo às atividades desenvolvidas. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços reforça essa flexibilidade, possibilitando a contratação futura, eventual e parcelada dos serviços, conforme a efetiva necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos registrados.

Dessa forma, a presente contratação encontra respaldo nos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, interesse público e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, revelando-se necessária, adequada e vantajosa para atender às demandas institucionais do

Município de Cariri do Tocantins/TO.

Fundo Municipal de Saúde

A contratação, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, contempla a locação de 02 (duas) vans e 02 (dois) veículos de passeio, sendo 01 (um) do tipo sedã e 01 (um) do tipo hatch, destinados ao atendimento das demandas administrativas e assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde.

Os veículos de passeio serão utilizados para atividades administrativas, deslocamentos institucionais, reuniões técnicas, acompanhamento de programas e demais ações vinculadas à gestão da saúde pública. Uma das vans será destinada exclusivamente ao transporte de pacientes para realização de consultas, exames e procedimentos médicos na Capital, Palmas/TO, e em municípios circunvizinhos, assegurando regularidade, conforto e segurança no transporte sanitário. A segunda van atenderá às demandas de deslocamento de equipes multiprofissionais para ações nas áreas rurais, campanhas de vacinação, mutirões e demais atendimentos itinerantes.

Ressalta-se que o serviço de locação de veículos da Saúde vinha sendo executado por meio de contrato antigo, sucessivamente aditivado ao longo dos anos. Assim, aproveitou-se a oportunidade para consolidar as demandas do Fundo Municipal de Saúde junto ao processo licitatório da Prefeitura Municipal, promovendo a unificação da contratação em procedimento único, com maior eficiência administrativa, racionalização de custos e alinhamento ao planejamento institucional, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E SOLUÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação consiste no Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, sem fornecimento de motorista, com todas as despesas inclusas, destinados a atender às demandas administrativas, operacionais, técnicas e de campo da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO e de suas Secretarias Municipais, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

A locação abrangerá veículos de passeio, veículos utilitários, caminhonetes e picapes, em quantitativos estimados e por unidade de medida mês/veículo, permitindo à Administração Pública contratar os serviços de forma eventual, parcelada e conforme a real necessidade, sem obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos registrados. As especificações técnicas mínimas de cada tipo de veículo foram definidas de modo a assegurar compatibilidade com as atividades desenvolvidas por cada Secretaria, observando critérios de funcionalidade, segurança, desempenho, conforto e adequação ao uso urbano e rural.

Como solução para a necessidade identificada, a Administração opta pela terceirização da frota por meio da locação, considerando que essa alternativa se mostra mais adequada sob os aspectos técnico, operacional, administrativo e financeiro. A contratação de empresa especializada transfere à contratada a responsabilidade integral pela gestão dos veículos locados, incluindo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento e substituição de pneus, seguros, pagamento de IPVA, licenciamento, taxas, tributos e demais encargos legais, garantindo que os veículos permaneçam em perfeitas condições de uso durante toda a vigência da contratação.

A adoção do Sistema de Registro de Preços reforça a adequação da solução escolhida, ao proporcionar maior flexibilidade, agilidade e eficiência na gestão da demanda, possibilitando à Administração ajustar as contratações às necessidades efetivamente verificadas ao longo do período

de vigência, com melhor controle dos custos e racionalização do gasto público. Dessa forma, a solução proposta assegura a continuidade dos serviços públicos essenciais, a previsibilidade orçamentária, a redução de riscos operacionais e a observância aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN 16 LUGARES - COM CAPACIDADE DE LOTAÇÃO DE 15 PASSAGEIROS + 01 MOTORISTA; ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2023, COM SISTEMA DE AR CONDICIONADO, COM 02 (DUAS) PORTAS NA CABINA, 01 (UMA) PORTA LATERAL (LADO DIREITO) COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO E 01 (UMA) TRASEIRA DUPLA COM ABERTURA PARA OS LADOS. DEVERA POSSUIR FREIOS ABS NAS 04 RODAS, DIANTEIRAS E TRASEIRAS. AIRBAG DUPLO PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO. TRAVAS ELÉTRICAS, VIDROS ELÉTRICOS, ALARME. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. MOTOR A DIESEL, TURBO, POTÊNCIA MÍNIMO DE 136CV. TRANSMISSÃO C/ MÍNIMO 06 MARCHAS À FRENTE E 01 A RÉ, AIR BAG, SISTEMA DE SOM; TANQUE COMBUSTÍVEL CAPACIDADE MÍNIMA: 70 L, SISTEMA ELÉTRICO 12 V; COM DOCUMENTAÇÃO REGULARIZADA E EM CONFORMIDADE COM AS LEIS DE TRÂNSITO, SEM MOTORISTA.	VEÍCULO	2	16.992,12	12 MESES
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DE PASSEIO, DO TIPO HATCH, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA E DEMAIS ITENS DE CONFORTO E SEGURANÇA DE SÉRIE, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.	VEÍCULO	4	4.138,78	12 MESES
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA- COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, TRACÇÃO 4X2 OU 4X4, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RURAL, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA) OU DIESEL, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA	VEÍCULO	1	14.108,08	12 MESES

	OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE ELÉTRICO OU MANUAL, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO OU MATERIAL SIMILAR, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA, COMPUTADOR DE BORDO OU PAINEL MULTIFUNCIONAL, CAPACIDADE DE CARGA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.				
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO PICK-UP LEVE, CABINE SIMPLES OU ESTENDIDA, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 02 (DOIS) OCUPANTES, TRAÇÃO 4X2, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E DE SERVIÇOS, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS, APOIO DE CABEÇA, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE CARGA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES DE SEGURANÇA E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.	VEÍCULO	5	4.680,00	12 MESES
5	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO SEDAN COMPACTO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA, PORTA-MALAS COM CAPACIDADE COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES DE SEGURANÇA E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.	VEÍCULO	2	5.235,56	12 MESES

A exigência de veículos 0 (zero) quilômetro justifica-se pela necessidade de assegurar maior confiabilidade mecânica, segurança operacional e continuidade dos serviços públicos desenvolvidos pelas Secretarias Municipais. Veículos novos apresentam menor risco de falhas, redução de manutenções corretivas e maior previsibilidade contratual, contribuindo para a eficiência administrativa e para a adequada execução das atividades institucionais, especialmente considerando os deslocamentos frequentes em áreas urbanas e rurais.

Além disso, a garantia de fábrica proporciona maior segurança jurídica e econômica à Administração, reduzindo riscos de paralisações e custos indiretos decorrentes de defeitos ou desgastes prematuros. Assim, a exigência mostra-se adequada ao interesse público e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS QUE DEVERÃO COMPOR OS VEÍCULOS

2.1. Monitoramento Embarcado:

2.1.1. Para garantir maior controle, segurança e eficiência na gestão da frota locada, os veículos deverão estar equipados com sistema de monitoramento embarcado. O sistema deverá permitir o acompanhamento em tempo real das rotas, paradas, velocidade, tempo de utilização e demais informações operacionais relevantes, proporcionando transparência na prestação do serviço, rastreabilidade das atividades e maior eficiência na tomada de decisões administrativas.

2.1.2. As funcionalidades detalhadas do sistema de monitoramento e as especificações técnicas mínimas deverão contemplar:

A. Gravador veicular profissional com qualidade de imagem, contendo 04 (quatro) canais de vídeo com gravação em tempo real, 60 frames e gravação HD.

B. Compressão de áudio ADPCM.

C. Resolução de imagem PAL: D1 (704x576), HD1 (704x288) e CIF (352x288).

D. Resolução de imagem NTSC: D1 (704x480), HD1 (704x240) e CIF (352x240).

E. Qualidade de imagem ajustável em níveis de 1 a 8.

F. Modos de gravação: geral, agendamento, alarme, por sensor e perda de vídeo.

G. Pré-gravação de 1 a 60 minutos.

H. Pós-gravação de 30 a 1800 minutos.

I. Busca de imagens por canal 1/4 através de software integrado.

J. Busca de imagens por data, horário, canal e evento.

K. Backup via USB.

L. Possibilidade de acesso remoto.

M. Interface Ethernet RJ45.

N. GPS sincronizado.

O. 04 (quatro) entradas para câmeras NTSC/PAL.

P. Compactação de vídeo padrão H.264.

Q. Sistema de backup por porta USB via pendrive ou troca rápida de HD, exclusivamente com o aparelho desligado.

R. Armazenamento em Hard Disk mínimo de 250 GB.

S. Sistema antivibração integrado.

T. Entradas e saídas contendo portas USB 2.0, 01 porta RS232/RS485 e 08 sensores.

U. Entrada de alimentação de 6V a 36V.

V. Saída para câmeras de 12V @ 500mA.

2.2. Sistema de Rastreamento e Coleta de Dados de Utilização Veicular:

2.2.1. O veículo deverá possuir equipamento eletrônico responsável pela aquisição e registro das informações de utilização veicular, contendo sistema GSM para registro e transmissão instantânea dos dados por meio da rede de telefonia celular para software de gestão.

2.2.2. O equipamento deverá possuir dispositivo GPS integrado, permitindo o registro periódico da localização do veículo.

2.2.3. As informações de localização deverão ser automaticamente carregadas em software integrado ao Google Maps, permitindo visualização de mapas, acompanhamento de rotas realizadas e rastreamento em tempo real.

2.2.4. O software deverá receber, processar, armazenar e gerenciar todos os dados coletados pelo equipamento eletrônico.

2.2.5. Os dados deverão ser apresentados na forma de mapas, consultas e relatórios gerenciais.

2.2.6. O sistema deverá operar em ambiente WEB, permitindo acesso via internet aos usuários cadastrados e autorizados.

2.2.7. O acesso às informações deverá ser parametrizado, possibilitando ao administrador criar perfis de usuários conforme hierarquia previamente definida.

2.3. Principais Funcionalidades do Sistema

2.3.1. Automação do registro de utilização veicular.

2.3.2. Registro de atividade, horário, hodômetro e localização.

2.3.3. Registro de todos os deslocamentos realizados.

2.3.4. Registro periódico de coordenadas, latitude, longitude e velocidade.

2.3.5. Outros registros conforme especificação da Contratante.

2.3.6. Rastreamento dos veículos em tempo real.

2.3.7. Visualização por veículo, condutor, regional ou grupo de veículos favoritos.

2.3.8. Reconstrução de rotas recentes e passadas.

2.3.9. Sistema de cerca eletrônica.

2.3.10. Função tacógrafo.

2.3.11. Armazenamento das últimas 10 (dez) horas de deslocamento efetivo do veículo, segundo a segundo, contendo rotação do motor e velocidade.

2.3.12. As informações armazenadas deverão permitir utilização em auditorias, análise de falhas mecânicas, investigação de acidentes e controle operacional.

2.3.13. Registro de eventos de excesso de velocidade.

2.3.14. Parametrização de velocidade e tempo pelo administrador da frota.

2.3.15. Informação da velocidade de pico atingida no evento.

2.3.16. Registro de excesso de aceleração, frenagem e rotação do motor.

2.3.17. Apresentação de relatórios gerenciais de condução.

2.3.18. Possibilidade de pontuação do modo de direção do condutor com base nos parâmetros registrados.

2.3.19. Alertas automáticos de velocidade.

2.3.20. Disponibilização de duas velocidades selecionáveis pelo condutor.

2.3.21. Integração com outros softwares.

2.3.22. Importação e exportação de dados de outros aplicativos.

2.3.23. Disponibilização de relatórios e pesquisas.

2.3.24. Diário do veículo.

2.3.25. Registro de deslocamentos com reconstrução de rota.

2.3.26. Controle de tempos e deslocamentos do veículo.

2.4. Tecnologia de Carros Compartilhados

2.4.1. O veículo deverá possuir hardware instalado e aplicativo compatível com smartphones IOS e Android, comunicando-se via Bluetooth para viabilizar gestão de reservas, seleção de veículos, abertura e fechamento automatizado de portas e informações de telemetria.

2.4.2. Os veículos deverão possuir rastreamento em tempo real, permitindo acompanhamento integral da frota pela Contratante.

2.4.3. O hardware deverá possuir, no mínimo:

- A.** Criptografia nas comunicações sem fio.
- B.** Comunicação CANFD.
- C.** Bloqueio somente com veículo desligado.
- D.** Comando de portas com status.
- E.** Keyholder (presença da chave do veículo).
- F.** Atualização remota de firmware (FW).

2.4.4. O software deverá possuir arquitetura altamente escalável baseada em micros serviços, comunicação via API, desenvolvimento e suporte de aplicativos e backoffice em versão aplicativo e WEB para gestores.

2.4.5. O funcionamento operacional deverá ocorrer da seguinte forma:

- A.** Reserva do veículo via aplicativo.
- B.** Abertura do veículo via Bluetooth.
- C.** Checklist inicial com fotos do veículo.
- D.** Retirada da chave em compartimento no porta-luvas.
- E.** Monitoramento da viagem com posição em tempo real, velocidade, combustível, bateria, autonomia e informações de telemetria.
- F.** Checklist de encerramento com fotos.
- G.** Devolução da chave ao compartimento do porta-luvas.
- H.** Travamento do veículo via aplicativo Bluetooth.
- I.** Disponibilização das seguintes informações em plataforma digital: intercorrências, controle de combustível, controle de manutenção, controle de multas e demais dados operacionais.

2.5. Sistema de Gestão de Informações e Monitoramento do Veículo:

2.5.1. O veículo deverá possuir hardware instalado e aplicativo para smartphones Apple e Android, comunicando-se via Bluetooth para viabilizar gestão operacional, abertura e fechamento automatizado de portas e informações de telemetria.

2.5.2. Os veículos deverão disponibilizar informações em tempo real relativas à utilização, percentual de ocupação da frota, percentual de improdutividade, posição, velocidade, combustível, multas e manutenção.

2.5.3. O sistema deverá possibilitar redução de despesas administrativas, gestão de riscos, controle de mau uso, mitigação de ingerências e governança operacional da frota.

2.5.4. O hardware deverá possuir, no mínimo:

- A.** Modem com conectividade 4G LTE, 3G e 2G, com antena interna embarcada.
- B.** GPS com recepção simultânea de até 03 GNSS: GPS, Galileo, GLONASS e BeiDou, com antena interna de 25 mm.
- C.** Módulo Bluetooth BlueNRG-MS com BLE 4.2 e antena interna.
- D.** Processador com CPU 32 bits Cortex M4, FPU, 512 KB de memória flash e 256 KB de memória RAM.
- E.** Interface compatível com CAN 2.0A e CAN 2.0B.
- F.** Bateria interna mínima de 750mAh.
- G.** Entrada de energia de 9V até 32VDC.

- H.** Comunicação 4G LTE, 3G, 2G, CATM e NB.
- I.** Comunicação BLE.
- J.** Criptografia nas comunicações sem fio.
- K.** Sistema ultra low power, inferior a 1mA em standby.
- L.** Comunicação CANFD.
- M.** Bloqueio apenas com o veículo desligado.
- N.** Comando de portas com status
- O.** Keyholder (presença da chave do veículo)
- P.** Atualização remota de FW

2.5.5. Especificações do software: Arquitetura altamente escalável (microserviços), Comunicação via API, Desenvolvimento e suporte de aplicativos, Backoffice com versão aplicativo e web com acesso para gestores.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação deverá atender a requisitos técnicos, operacionais, administrativos, legais e financeiros capazes de assegurar a adequada prestação dos serviços de locação de veículos do tipo carros de passeio, de forma a garantir a continuidade, a eficiência, a segurança e a regularidade das atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO e por suas Secretarias Municipais, observando-se as disposições do Termo de Referência, do edital e da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

3.2. Os veículos a serem disponibilizados deverão ser obrigatoriamente 0 (zero) quilômetro, em perfeitas condições de uso, conservação e segurança, com documentação regular, devidamente licenciados e em conformidade com as normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações aplicáveis. Todos os veículos locados deverão atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência, sendo vedada a disponibilização de veículos usados ou em condições inferiores às exigidas, exceto as vans.

3.3. A contratação deverá prever, de forma obrigatória, que todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução do objeto estejam integralmente inclusas no valor da locação, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional. Deverão estar inclusos, dentre outros que se fizerem necessários: manutenção preventiva e corretiva integral; revisões periódicas conforme manual do fabricante; substituição de peças e componentes; mão de obra especializada; fornecimento e substituição de pneus, baterias, óleos, filtros e demais fluidos; serviços mecânicos e elétricos; seguro obrigatório e seguro total contra colisão, furto, roubo, incêndio e danos a terceiros; pagamento de IPVA, licenciamento anual, emplacamento, taxas e tributos; assistência 24 (vinte e quatro) horas com serviço de guincho; bem como a disponibilização de veículo reserva de categoria equivalente ou superior em caso de indisponibilidade, garantindo a continuidade dos serviços públicos, "exceto combustível e multas, que será de responsabilidade da Contratante".

3.4. Os veículos deverão ser apresentados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação, sendo realizado a vistoria e consequentemente a assinatura da ata de registro de preços e contrato (a critério da administração). Após a assinatura do contrato, inicia-se imediatamente a execução dos serviços, considerando a necessidade urgente da Administração na manutenção dos serviços públicos essenciais. Em caso de indisponibilidade decorrente de manutenção, defeito, sinistro ou qualquer outra ocorrência, a contratada deverá proceder à substituição imediata do veículo, sem custos adicionais à Administração.

3.5. A contratada será integralmente responsável pela gestão dos veículos locados, devendo manter durante toda a vigência contratual a regularidade documental, operacional e legal da frota, assegurando que os veículos permaneçam aptos à circulação e ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais, respondendo por eventuais danos causados a terceiros ou à Administração decorrentes de falhas na prestação do serviço.

3.6. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, adotando-se como unidade de medida mês/veículo, nos termos do Sistema de Registro de Preços, não havendo obrigatoriedade de contratação do quantitativo total estimado.

3.7. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, após a efetiva disponibilização dos veículos em conformidade com as especificações exigidas.

3.8. A contratação deverá observar os princípios da economicidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público, assegurando segurança jurídica, previsibilidade de custos e adequada gestão dos recursos públicos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A contratada deverá apresentar os veículos objeto da contratação no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados da solicitação, sendo realizado a vistoria e consequentemente a assinatura da ata de registro de preços e contrato (a critério da administração). Após a assinatura do contrato, inicia-se imediatamente a execução dos serviços, considerando a necessidade urgente da Administração Pública para manutenção da continuidade dos serviços públicos essenciais.

4.1.1. Considera-se como data de recebimento da solicitação o primeiro dia útil subsequente ao envio da comunicação por e-mail, ao endereço eletrônico indicado pela contratada.

4.2. Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, funcionamento e segurança, devidamente regularizados, livres de quaisquer ônus, encargos, pendências ou restrições, incluindo, mas não se limitando a multas, débitos de IPVA, licenciamento, CRLV vencido ou qualquer outra irregularidade que impeça sua plena utilização.

4.3. A contratada deverá disponibilizar os veículos exatamente nos modelos, categorias e características técnicas indicados em sua proposta e aprovados pela Administração, sendo vedada a substituição por veículos de padrão inferior ou em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital e no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

4.4. Verificado o descumprimento das especificações técnicas, condições de uso ou exigências contratuais, a Administração notificará a contratada para que proceda à retirada e substituição imediata do(s) veículo(s) em desconformidade, por outro(s) que atenda(m) integralmente às exigências previstas, sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO, permanecendo a contratada sujeita às penalidades previstas no Edital, no contrato e na legislação vigente.

5. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

5.1. Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar o contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

5.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei Federal nº 14.133/2021. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

5.4. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

5.5. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário).

6. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, por meio de instrumentos de controle. (art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pelo público usuário.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.9. O fiscal técnico do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. (art. 117, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.10. O fiscal técnico do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual. (art. 117, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Fiscalização Administrativa

6.11. O fiscal administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos referentes as obrigações previdenciárias, fiscais e/ou trabalhistas, e outros aspectos acessórios à execução do objeto, como também quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

Gestor do Contrato

6.12. O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor designado para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentro outros.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da presente contratação.

8. DO PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os Veículos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. O Veículo poderá ser rejeitados, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.2.1. A Prefeitura Municipal não se obriga a receber os veículos que não estejam de acordo com as especificações e exigências deste termo de referência; caso haja alguma divergência quanto às especificações dos bens objetos deste Termo de Referência, da Proposta e da Ordem de Serviço, a licitante terá 24 (vinte e quatro) horas para substituir, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 24 horas, a contar do recebimento provisório, pela Administração, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

8.11. A Administração poderá realizar consultas para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.16. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a empresa vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

8.17. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Prazo de Pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de Pagamento

8.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21.1. Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Uma vez notificada, a licitante vencedora deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias seguintes à notificação, para realizar a vistoria do veículo, apresentar todos os documentos exigidos e posteriormente assinar a ata de registro de preços e contrato (a critério da administração), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2. Uma vez contratada, deverá a licitante vencedora iniciar imediatamente a prestação dos serviços, prestando-os de acordo com o especificado neste Termo de Referência (Anexo I):

10.3. Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal;

10.4. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for desde que praticada por seus empregados durante a prestação dos serviços;

10.5. Zelar pela perfeita prestação dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venha a ocorrer serem sanadas em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação;

10.6. Prestação dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

10.7. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

10.8. Prestação dos serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

10.9. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

10.10. A vencedora deverá assumir integralmente, por sua conta exclusiva, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária e tributária, decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto;

10.11. Manter durante o período de vigência do contrato um Preposto aceito pela Prefeitura Municipal, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

10.12. Sendo de sua responsabilidade pela realização dos serviços e a substituição do veículo quando se fizer necessário.

10.13. Será de responsabilidade da CONTRATADA todos as despesas com peças e seguro dos veículos (conforme especificação do veículo). Além dos danos causados a terceiros e quaisquer outras despesas decorrentes da presente avença, IPVA, todas as despesas com a adequação do equipamento com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, todos os encargos sociais e todos os encargos previdenciários, isentando integralmente o contratante.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Convocar a licitante vencedora para, no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da convocação, vistoriar os veículos apresentados e posteriormente providenciar as assinaturas na Ata de Registro de Preços e no Contrato (a critério da administração), conforme minutas constantes no Edital;

11.2. Na vistoria realizada serão avaliados os seguintes itens: parte mecânica, itens de segurança obrigatórios, documentos dos veículos (CRLV e demais documentos dos veículos novos e demais documentos das vans), e demais itens necessários para o perfeito funcionamento dos veículos.

11.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora;

11.4. Assegurar-se de boas condições dos serviços prestados, verificando sempre a sua qualidade;

11.5. Fiscalizar, através do fiscal do Contrato, o cumprimento das obrigações assumidas pela licitante vencedora, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços prestados que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo Município de Cariri do Tocantins, não deva ser interrompida;

11.6. Emitir, por intermédio do fiscal de contrato, relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega dos serviços prestados, à exigência de condições estabelecidas neste edital e à proposta de aplicação de sanções;

11.7. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

11.8. Será de responsabilidade da Contratante todas as despesas com combustível e multas.

12. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato/ata de registro deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. A execução do contrato/ata de registro deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

12.3. O fiscal do contrato/ata de registro anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3.1. O fiscal do contrato/ata de registro informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.3.2. O fiscal do contrato/ata de registro de preços será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

12.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de produtos nela empregados.

12.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

12.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

12.8. Os veículos que, durante a execução do contrato, apresentarem defeitos mecânicos, elétricos ou quaisquer outros que impossibilitem seu uso normal, ou que sejam detectadas alguma desconformidade com as exigências deste Termo de Referência, deverão ser substituídos no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), com ônus para a CONTRATADA, sem que isso implique em acréscimo no valor da ata/contrato.

13. CRITÉRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E PAGAMENTO

13.1. A execução dos serviços de locação poderá ser realizada de forma parcelada, de acordo com a demanda da Prefeitura Municipal, devendo os veículos estarem disponíveis após a assinatura da Ata de Registro de Preços e o Contrato (a critério da administração).

13.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.10. Todos os pagamentos deverão obedecer a ordem cronológica, nos termos da legislação vigente.

14. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

14.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

14.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

14.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

14.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da última alteração consolidação, bem como de cópia do RG ou CNH (cópia ou digital) do(s) proprietário(s) e/ou administrador(es).

14.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

14.2.1. A regularidade fiscal deverá ser verificada e emitida pelo Pregoeiro, sendo dispensado o envio deste pelo licitante vencedor. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:

14.2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ao qual o documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão;

14.2.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.2.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.2.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.2.1.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.

14.2.1.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, da sede da empresa licitante;

14.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

14.3.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

14.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, dispensada a apresentação se a empresa for MEI;

14.3.3. A licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, ou equiparada optante pelo simples nacional poderá substituir o balanço patrimonial pelo Extrato do Simples Nacional do mês de apuração antecessor ao mês anterior da data de abertura do certame (mês de abertura do certame – 2 meses);

14.3.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, o balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis serão substituídos pelo balanço de abertura;

14.3.5. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº. 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

14.3.6. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada através dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Passivo Circulante

14.3.7. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos itens vencidos.

14.3.8. Devido à complexidade dos cálculos, os balanços serão submetidos à análise de profissionais habilitados do Município, os quais emitirão parecer técnico ao término da avaliação.

14.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

14.4.1. As licitantes deverão apresentar 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, devidamente assinados por responsável legal, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

14.4.2. Os atestados deverão conter, no mínimo: identificação da contratante (nome, CNPJ e endereço), descrição detalhada do objeto executado, período de execução contratual, quantitativo de veículos locados, prazo de vigência, declaração expressa de que os serviços foram prestados de forma satisfatória e sem registro de ocorrências graves que comprometessem a execução contratual.

14.4.3. Os atestados de capacidade técnica deverão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante que participará do certame, sendo vedada a utilização de atestados em nome de terceiros ou de empresas integrantes de grupo econômico que não figurem como licitantes.

14.4.4. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, comprometendo-se a apresentar, quando solicitado pela Administração, cópia dos respectivos contratos, notas fiscais, ordens de serviço, empenhos ou outros documentos comprobatórios, bem como endereço atual da contratante e local da execução dos serviços, para fins de eventual diligência.

14.4.5. Para as vans, por não serem veículos 0km, o licitante deverá apresentar o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV, válido e vigente, em nome do licitante.

14.4.6. Considerando que a subcontratação é expressamente vedada neste processo licitatório, somente serão aceitos veículos de propriedade do próprio licitante, devidamente registrados em seu nome, não sendo admitida a apresentação de veículos pertencentes a terceiros, sob qualquer forma contratual, tanto na sessão (em relação as vans), quanto na vistoria (em relação aos demais veículos).

14.4.7. Poderá ser exigida declaração formal do licitante de que dispõe de estrutura administrativa e operacional suficiente para a gestão da frota, incluindo atendimento 24 (vinte e quatro) horas, capacidade de substituição imediata de veículos e manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual.

15.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da futura contratação correrão à conta dos recursos orçamentários do Órgão Gerenciador e Órgão Participante, observadas as respectivas classificações funcionais, programáticas e a disponibilidade financeira consignada no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD. A fonte de recurso poderá ser atualizada ou ajustada, desde que haja saldo orçamentário suficiente e compatibilidade com a natureza da despesa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI

0303.0012.04.122.0012.2003 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO - SAPG. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0003.27.606.0186.2151 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RURAL - SIR. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0003.14.422.0155.2166 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA MULHER E CIDADANIA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.2052.15.451.0147.2052 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - SINFHMA. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0021.20.122.0152.2005 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SAP. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0028.18.541.0149.2167 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E TURISMO. 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA

JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

0303.0030.04.122.0012.2166 – MANUTENÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER E CIDADANIA. 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 – RECURSOS PROPRIOS.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02.02.0150.10.122.0025.2025 – GESTÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15001002000000 – ASPS.

16. DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

16.1. Este termo de referência descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo à avaliação de custos e demandas, definindo a sistemática da execução, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de execução e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, sucinta e objetiva.

Cariri do Tocantins/TO, 30 de abril de 2026.

Responsáveis pela elaboração do TR:



MAYSA FERREIRA CRISTINO
Superintendente de Planejamento e Gestão



SAMARA DA SILVA SOUZA
Secretária de Administração

Aprovo o presente TR:

ELTON MOREIRA ALVES
Prefeito Municipal

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo: 034/2026-PREF

Unidade Administrativa de Origem: Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins.

Titular do Cargo: Elton Moreira Alves, Samara da Silva Souza, Lucas Carvalho da Silva, Warlen Moreira Alves, Ricardo Rodrigues, Katielle Rodrigues, Erivelton Vieira, Geraldo Laimer e Leandro Evaristo da Silva.

Cargo: Secretários Municipais e Prefeito Municipal.

Responsáveis pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar: Diretoria de Planejamento

Descrição Resumida do Objeto: Estudo com a finalidade de identificar a melhor solução para a "Locação de veículos, sem motorista, com todas as despesas inclusas, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações definidas neste Estudo Técnico Preliminar".

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

A estrutura deste documento fundamenta-se nas orientações constantes dos procedimentos e rotinas de controle interno, e, por conseguinte, encontra-se respaldado no arcabouço técnico legal acerca das contratações de bens e serviços.

2. OBJETO

Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar a identificação da solução mais adequada para a locação de veículos, sem motorista, com todas as despesas inclusas, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins/TO, de suas Secretarias Municipais e do Fundo Municipal de Saúde, incluindo a Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças e Orçamento, Secretaria de Infraestrutura Rural, Secretaria de Infraestrutura Urbana e Habitação, Secretaria de Agricultura e Pecuária, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Cultura e Esportes, Secretaria da Mulher e Cidadania, bem como o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos, pelo período contratual estabelecido.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar consistiu na identificação da necessidade administrativa relacionada à locação de veículos para atendimento das Secretarias Municipais, do Fundo Municipal de Saúde e demais unidades administrativas do Município de Cariri do Tocantins/TO, seguida do levantamento das demandas operacionais e administrativas que exigem deslocamentos contínuos em áreas urbanas e rurais. Foram analisadas as atribuições institucionais de cada Secretaria demandante, bem como a necessidade de recomposição e

manutenção da frota oficial, considerando critérios de eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público.

No que se refere especificamente aos veículos destinados ao Fundo Municipal de Saúde, o levantamento dos quantitativos foi realizado com base na análise dos fluxos de viagens regularmente executados para o transporte de pacientes, especialmente para a Capital, Palmas/TO, bem como para municípios circunvizinhos, visando à realização de consultas especializadas, exames, procedimentos médicos e demais atendimentos de média e alta complexidade. Considerou-se a frequência dos deslocamentos, a média de pacientes transportados por viagem, a distância percorrida e a necessidade de garantir regularidade, segurança e conforto no transporte sanitário.

Posteriormente, procedeu-se à definição das especificações técnicas mínimas dos veículos, levando em consideração a adequação ao uso pretendido, a segurança, o conforto, a funcionalidade e a compatibilidade com as atividades desenvolvidas por cada unidade administrativa. Também foram avaliadas as condições de mercado para a prestação do serviço de locação de veículos, com todas as despesas inclusas, de modo a identificar a solução mais vantajosa para a Administração, observando-se os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

Por fim, a metodologia contemplou a análise comparativa das possíveis soluções disponíveis, a estimativa de custos e a verificação da viabilidade técnica e econômica da contratação, culminando na definição da alternativa que melhor atende às necessidades do Município, assegurando a regularidade, a eficiência e a continuidade dos serviços públicos.

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para a **locação de veículos, sem motorista, com todas as despesas inclusas** (manutenção preventiva e corretiva, pneus, seguros, IPVA, licenciamento, taxas e demais encargos) justifica-se pela necessidade de assegurar a **continuidade, a eficiência, a segurança e a regularidade** na execução dos serviços públicos essenciais desempenhados pelo Município de Cariri do Tocantins/TO, considerando que diversas Secretarias e unidades administrativas dependem de deslocamentos frequentes para atividades externas, vistorias, fiscalizações, atendimentos institucionais e ações de campo, tanto em área urbana quanto rural. A disponibilização de veículos compatíveis com as condições locais e com a natureza das atribuições de cada setor reduz riscos de paralisação de serviços, aumenta a capacidade de resposta administrativa, melhora a logística de atendimento e contribui para o cumprimento das políticas públicas, especialmente em demandas que exigem agilidade e presença in loco.

No caso das **Secretarias de Infraestrutura Urbana e Habitação e Infraestrutura Rural**, a necessidade de **picapes** decorre do caráter predominantemente operacional dos serviços, que envolvem acompanhamento e fiscalização de obras, manutenção de vias urbanas e estradas vicinais, visitas técnicas, apoio a frentes de trabalho e transporte de materiais leves, ferramentas e equipamentos, exigindo veículo utilitário com resistência mecânica, caçamba funcional e desempenho adequado para circulação em trechos não pavimentados e em condições de tráfego mais severas. A escolha por picapes proporciona maior robustez e versatilidade para rotinas de

campo, garantindo condições adequadas para execução e supervisão de serviços de manutenção, conservação e melhorias estruturais em diferentes pontos do município.

Para a **Secretaria de Agricultura e Pecuária**, a demanda por **caminhonete cabine dupla** se fundamenta na necessidade de um veículo mais robusto, com maior capacidade de carga, melhor desempenho em estradas rurais e maior conforto e segurança para deslocamento de equipes técnicas e servidores em ações junto a produtores, propriedades rurais, projetos de apoio ao setor agropecuário, acompanhamento de atividades no campo e atendimento de demandas em localidades mais afastadas. A caminhonete cabine dupla agrega vantagem operacional por permitir o transporte seguro de até cinco ocupantes e suportar rotinas em áreas com acesso dificultado, contribuindo para ampliar a presença e a eficiência da Secretaria nas ações de assistência e acompanhamento das atividades produtivas.

Quanto à **Secretaria de Meio Ambiente**, a necessidade de **uma picape** está relacionada à execução de ações externas contínuas, como vistorias, fiscalização ambiental, acompanhamento de atividades potencialmente impactantes, apoio a ações de educação ambiental e atendimento de ocorrências em áreas urbanas e rurais. A picape, por sua característica utilitária, favorece o transporte de equipamentos, materiais e suportes necessários às atividades de campo, além de permitir atuação com maior agilidade em locais com acesso irregular, reforçando a capacidade de resposta do órgão em demandas ambientais e de fiscalização.

No âmbito do **Conselho Tutelar**, a necessidade de **um veículo de passeio** decorre da natureza dos atendimentos e diligências, que exigem deslocamentos imediatos e frequentes para verificação de denúncias, acompanhamento de casos, visitas domiciliares, atendimento emergencial a crianças e adolescentes e articulação com rede de proteção (CRAS, CREAS, escolas, unidades de saúde, Ministério Público e outros). A disponibilização de veículo de passeio favorece a mobilidade, a discrição, a economia e a rapidez nos deslocamentos, garantindo prontidão para atendimento de ocorrências e contribuindo diretamente para a efetividade das ações de proteção, inclusive em situações urgentes.

Para a **Secretaria de Administração**, a necessidade de **um veículo de passeio** se justifica pela demanda constante de deslocamentos administrativos, institucionais e de suporte às demais unidades, incluindo reuniões, diligências, acompanhamento de serviços, logística intersetorial, providências operacionais e atendimento externo relacionado às rotinas administrativas. O veículo de passeio apresenta vantagens em termos de economia, praticidade, disponibilidade para uso contínuo e adequação ao perfil de deslocamentos urbanos e rodoviários, contribuindo para maior eficiência na gestão e na execução das atividades administrativas.

Para a **Secretaria de Finanças**, a necessidade de **um veículo de passeio** fundamenta-se na realização de atividades externas vinculadas à gestão fiscal e administrativa, como diligências, acompanhamento de demandas junto a órgãos e instituições, apoio a ações de arrecadação, fiscalização, reuniões técnicas e deslocamentos para resolução de providências financeiras e orçamentárias. O veículo de passeio garante agilidade, economia operacional e disponibilidade para

cumprimento de agendas institucionais, reforçando a eficiência e a continuidade dos serviços do setor, que possui papel estratégico no funcionamento de toda a Administração Municipal.

Por fim, para a **Secretaria da Mulher**, a necessidade de **um veículo do tipo sedã compacto** se justifica considerando as atividades institucionais e sociais desenvolvidas, que envolvem deslocamentos para atendimentos, visitas, ações educativas, articulação com outras políticas públicas, reuniões e acompanhamento de programas e iniciativas voltadas à promoção de direitos e fortalecimento de ações de proteção e cidadania. A escolha do sedã compacto apresenta vantagens relacionadas ao conforto, segurança, capacidade adequada de porta-malas e melhor acomodação para deslocamentos institucionais, garantindo condições apropriadas para o atendimento da Secretaria, com eficiência e dignidade no suporte às atividades administrativas e de campo.

Dessa forma, a presente contratação demonstra-se necessária e adequada para assegurar que cada unidade administrativa disponha de veículo compatível com suas atribuições e condições de uso, garantindo mobilidade institucional, redução de riscos de interrupção dos serviços e maior eficiência administrativa. Além disso, ao prever locação com despesas inclusas, a Administração assegura previsibilidade de custos, redução de paradas por manutenção, regularidade documental e mitigação de riscos operacionais, atendendo ao interesse público e aos princípios de planejamento, eficiência e economicidade que regem as contratações públicas.

Da Necessidade Específica do Fundo Municipal de Saúde

A presente contratação contempla, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, a locação de 02 (duas) vans e 02 (dois) veículos de passeio, sendo 01 (um) do tipo sedã e 01 (um) do tipo hatch, considerando as demandas específicas e contínuas relacionadas à execução das políticas públicas de saúde no Município de Cariri do Tocantins/TO.

Os veículos de passeio, sendo um sedã e um Hatch, destinam-se ao atendimento das demandas administrativas e institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo deslocamentos para reuniões técnicas, articulações intermunicipais, acompanhamento de programas, fiscalização de serviços contratados, visitas técnicas, atividades administrativas descentralizadas e suporte à gestão da saúde pública. A disponibilização desses veículos garante mobilidade adequada à equipe gestora e técnica, assegurando eficiência no planejamento e na execução das ações administrativas.

Quanto às vans, a primeira será destinada exclusivamente ao transporte de pacientes, atendendo à demanda contínua de deslocamentos para realização de consultas especializadas, exames, procedimentos médicos e demais atendimentos de média e alta complexidade, especialmente na Capital, Palmas/TO, bem como em municípios circunvizinhos. Considerando a frequência dos deslocamentos, a quantidade de usuários transportados e a necessidade de garantir segurança, conforto e regularidade no transporte sanitário, a disponibilização de veículo adequado para essa finalidade é indispensável à continuidade do atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde.

A segunda van justifica-se pela necessidade de transporte de servidores e equipes multiprofissionais

que realizam atendimentos nas áreas rurais, ações itinerantes, campanhas de vacinação, atendimentos preventivos, mutirões de saúde e demais atividades de campo. Tais ações frequentemente exigem o deslocamento simultâneo de diversos profissionais e o transporte de equipamentos e insumos, tornando indispensável veículo com capacidade compatível para garantir eficiência operacional e adequada organização logística.

Importante destacar que o processo de locação de veículos anteriormente utilizado pelo Fundo Municipal de Saúde trata-se de contratação antiga, que vem sendo sucessivamente prorrogada por meio de termos aditivos ao longo dos últimos anos. Diante da oportunidade de reestruturação do planejamento da frota municipal, optou-se pela consolidação das demandas da Saúde junto ao processo licitatório da Prefeitura Municipal, promovendo a unificação das contratações em um único procedimento administrativo.

Tal medida proporciona maior racionalização dos recursos públicos, ganho de escala, padronização contratual, melhor controle administrativo e maior eficiência na gestão da frota, além de conferir maior transparência e alinhamento ao planejamento institucional, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a inclusão dos referidos veículos no presente processo mostra-se técnica, administrativa e juridicamente adequada, atendendo à necessidade atual do Fundo Municipal de Saúde e promovendo a modernização e consolidação da gestão da frota municipal.

5. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

O Plano Anual de Contratações (PAC) ainda está em fase de elaboração, sendo necessário um trabalho detalhado de levantamento de informações, consolidação das demandas das diversas unidades administrativas e adequação aos critérios legais e operacionais estabelecidos. Apesar disso, as despesas previstas estão previstas no orçamento de 2026 que se enquadram no escopo do PAC podendo ser realizadas, uma vez que estão devidamente autorizadas e planejadas na peça orçamentária aprovada.

A inclusão dessas despesas no orçamento demonstra o compromisso da administração com o atendimento das necessidades da gestão pública, garantindo a continuidade dos serviços e o cumprimento das obrigações institucionais. Assim, enquanto o PAC está em desenvolvimento, as contratações indispensáveis podem ser executadas de acordo com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, sem prejuízo à futura consolidação do plano. Essa abordagem assegura a regularidade dos processos administrativos e a correta aplicação dos recursos públicos previstos no orçamento.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais e legais necessários à adequada prestação do serviço de locação de veículos, sem motorista, de modo a assegurar a continuidade, a eficiência e a segurança dos serviços públicos desempenhados pelo Município de Cariri do

Tocantins/TO e pelo Fundo Municipal de Saúde, observando-se as condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na legislação vigente aplicável.

Os veículos a serem disponibilizados deverão ser, obrigatoriamente, 0 (zero) quilômetro, excetuando-se o veículo do tipo van destinado ao Fundo Municipal de Saúde, que poderá possuir até 03 (três) anos de uso, contados da data de fabricação, desde que se encontre em perfeitas condições de uso, segurança e conservação. Todos os veículos deverão apresentar documentação regular e estar em conformidade com as normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais regulamentações pertinentes, além de atender às especificações técnicas mínimas definidas para cada categoria (caminhonete cabine dupla, picape leve, sedã compacto, veículo de passeio do tipo hatch e van), conforme as necessidades específicas de cada Secretaria e unidade administrativa.

Deverá estar incluso na prestação do serviço de locação, de forma obrigatória e sem qualquer ônus adicional à Administração Pública, o fornecimento de veículos devidamente licenciados, emplacados e segurados, manutenção preventiva e corretiva integral, revisões periódicas conforme manual do fabricante, substituição de peças e componentes, serviços mecânicos, elétricos e eletrônicos, troca de óleo, filtros e fluidos, alinhamento, balanceamento, rodízio e substituição de pneus, assistência 24 (vinte e quatro) horas com serviço de guincho, bem como a disponibilização de veículo reserva de categoria equivalente ou superior em caso de indisponibilidade.

Deverá ainda estar incluso o gerenciamento da frota, com sistema de rastreamento e monitoramento por GPS, controle de quilometragem (hodômetro), relatórios de utilização, histórico de deslocamentos, sistema de telemetria, definição de cercas eletrônicas (barreira geográfica) e demais tecnologias embarcadas que assegurem controle, transparência, segurança operacional e adequada fiscalização contratual.

Gestão e Monitoramento de Frota:

A contratação incluirá uma solução de gestão de frota visando a modernização e otimização da administração pública. A implantação de um Sistema de Gestão e Monitoramento de Frota (SGMF), que integra tecnologia embarcada com funcionalidades de compartilhamento de veículos (car sharing), visa transformar a gestão patrimonial, promovendo maior controle, transparência e eficiência na utilização dos recursos públicos.

A adoção deste sistema justifica-se pela necessidade de superar modelos de gestão manuais e desatualizados. Ao integrar ferramentas de telemetria e geolocalização, o SGMF possibilita o monitoramento em tempo real de parâmetros essenciais, como a localização, a velocidade, as rotas percorridas, o tempo de uso e as paradas dos veículos. Essa coleta de dados automatizada e precisa permite a geração de relatórios gerenciais e indicadores estratégicos que são cruciais para a qualificação da tomada de decisões.

Com base nessas informações, o sistema permitirá à contratante:

Redução de Custos Operacionais e de Manutenção: Ao identificar padrões de uso indevido ou ineficiente, como rotas desnecessárias, tempo de ociosidade excessivo ou comportamentos de

condução de risco, o sistema oferece subsídios para a racionalização do uso de combustível e a redução do desgaste dos veículos. A análise preditiva de dados também pode otimizar a programação de manutenções preventivas, evitando gastos inesperados e prolongando a vida útil da frota.

Garantia de Transparência e Rastreabilidade: A digitalização e o registro automático dos dados de cada viagem e de cada veículo garantem a rastreabilidade completa das operações. Isso aumenta a transparência do uso da frota pública e contribui para a prestação de contas à sociedade, reforçando a integridade da gestão.

Aumento da Segurança dos Servidores e do Patrimônio: O sistema de monitoramento permite o controle rigoroso das rotas e a emissão de alertas em caso de desvios, excesso de velocidade ou comportamentos de risco por parte dos motoristas. Essa funcionalidade não apenas protege o patrimônio público, mas também eleva a segurança dos servidores em serviço.

Otimização Inteligente da Frota: Ao fornecer uma visão completa da utilização dos veículos, o sistema possibilita uma alocação mais eficiente da frota conforme a demanda real. O recurso de compartilhamento de veículos (car sharing) é um pilar dessa otimização, pois transforma a frota de um conjunto de veículos de uso exclusivo para um ativo comum e dinâmico.

A funcionalidade de carros compartilhados é um diferencial inovador que elimina a posse exclusiva de veículos por setores ou servidores. Por meio de agendamento via plataforma digital e controle de acesso eletrônico, os veículos se tornam disponíveis para diferentes departamentos da administração, de acordo com a necessidade. Essa abordagem colaborativa combate a ociosidade dos veículos e promove o uso racional dos bens públicos, resultando em uma frota mais dinâmica, acessível e, sobretudo, sustentável.

É importante ressaltar que a adoção de sistemas embarcados com tecnologia integrada alinha-se diretamente às diretrizes modernas de governança, economicidade, inovação e sustentabilidade, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021 e pelas políticas públicas de gestão patrimonial e mobilidade urbana.

Em suma, a implementação do sistema de gestão e monitoramento, aliada à tecnologia de compartilhamento de veículos, transcende a mera aquisição de um serviço. Ela representa uma solução estratégica para qualificar a gestão pública, reduzir desperdícios, assegurar o uso eficiente dos bens públicos e, por consequência, aumentar a efetividade e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Os veículos deverão ser apresentados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação, sendo realizado a vistoria e consequentemente a assinatura da ata de registro de preços e contrato (a critério da administração). Após a assinatura do contrato, inicia-se imediatamente a execução dos serviços, considerando a necessidade urgente da Administração na recomposição da frota e na

manutenção dos serviços públicos essenciais, devendo a contratada garantir a substituição imediata do veículo, sem custos adicionais, sempre que houver indisponibilidade decorrente de manutenção, defeito, sinistro ou qualquer outra situação que comprometa seu uso regular.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, a regularidade documental e operacional da frota, responsabilizando-se integralmente pela gestão dos veículos locados, assegurando que permaneçam aptos à circulação e ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais e do Fundo Municipal de Saúde.

O pagamento pelos serviços prestados deverá ser realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, após a efetiva disponibilização dos veículos em conformidade com as condições contratuais estabelecidas.

Dessa forma, os requisitos da contratação visam garantir que a solução adotada atenda plenamente ao interesse público, assegurando eficiência administrativa, previsibilidade contratual, continuidade dos serviços públicos e adequada gestão dos recursos, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As estimativas das quantidades necessárias para a presente contratação foram definidas a partir do levantamento das necessidades específicas de cada Secretaria Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e das demais unidades administrativas, considerando a natureza das atividades desenvolvidas, a demanda por deslocamentos contínuos, a abrangência territorial do Município e a necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais. Para esse fim, foram analisadas as rotinas administrativas, operacionais e de campo de cada setor, bem como a adequação do tipo de veículo às atribuições institucionais correspondentes.

No que se refere ao Fundo Municipal de Saúde, o levantamento dos quantitativos foi realizado com base nos fluxos regulares de atendimento, no volume de pacientes transportados mensalmente, na frequência das viagens para consultas especializadas, exames e procedimentos médicos na Capital, Palmas/TO, e em municípios circunvizinhos, bem como nas demandas de deslocamento das equipes de atenção básica, vigilância em saúde e demais profissionais que atuam em campanhas, ações itinerantes e atendimentos na zona rural. Considerou-se, ainda, a expansão das áreas de atenção e a necessidade de garantir regularidade, segurança e continuidade no transporte sanitário e nas atividades assistenciais, assegurando que não haja interrupção dos serviços prestados à população.

A unidade de medida adotada para a presente contratação é mês/veículo, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços de locação de veículos, permitindo maior flexibilidade à Administração Pública quanto à efetiva utilização dos serviços ao longo da vigência contratual. Essa forma de mensuração possibilita o controle do consumo, a adequação da despesa à real necessidade administrativa e a contratação dos serviços apenas quando efetivamente demandados, sem a obrigatoriedade de utilização integral do quantitativo estimado.

Ressalta-se que os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, não representando obrigação de contratação integral por parte da Administração, a qual poderá demandar os serviços de forma eventual e conforme a necessidade, observadas as condições contratuais estabelecidas. Tal metodologia contribui para a economicidade, eficiência e planejamento adequado da despesa pública, assegurando a racionalização dos recursos e o atendimento ao interesse público, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

SEGUE ABAIXO RELAÇÃO DE ITENS A SEREM LICITADOS

ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL OU SERVIÇOS
1.	02	VEÍCULO	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN 16 LUGARES - COM CAPACIDADE DE LOTAÇÃO DE 15 PASSAGEIROS + 01 MOTORISTA; ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2023, COM SISTEMA DE AR CONDICIONADO, COM 02 (DUAS) PORTAS NA CABINA, 01 (UMA) PORTA LATERAL (LADO DIREITO) COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO E 01 (UMA) TRASEIRA DUPLA COM ABERTURA PARA OS LADOS. DEVERA POSSUIR FREIOS ABS NAS 04 RODAS, DIANTEIRAS E TRASEIRAS. AIRBAG DUPLO PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO. TRAVAS ELÉTRICAS, VIDROS ELÉTRICOS, ALARME. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. MOTOR A DIESEL, TURBO, POTÊNCIA MÍNIMO DE 136CV. TRANSMISSÃO C/ MÍNIMO 06 MARCHAS À FRENTE E 01 A RÉ, AIR BAG, SISTEMA DE SOM; TANQUE COMBUSTÍVEL CAPACIDADE MÍNIMA: 70 L, SISTEMA ELÉTRICO 12 V; COM DOCUMENTAÇÃO REGULARIZADA E EM CONFORMIDADE COM AS LEIS DE TRÂNSITO, SEM MOTORISTA.
2.	04	VEÍCULO	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DE PASSEIO, DO TIPO HATCH , COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA E DEMAIS ITENS DE CONFORTO E SEGURANÇA DE SÉRIE, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.
3.	01	VEÍCULO	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA- COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, TRAÇÃO 4X2 OU 4X4, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RURAL, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA) OU DIESEL, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE ELÉTRICO OU MANUAL, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO OU MATERIAL SIMILAR, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA, COMPUTADOR DE BORDO OU PAINEL MULTIFUNCIONAL, CAPACIDADE DE CARGA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.

4.	05	VEÍCULO	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO PICK-UP LEVE, CABINE SIMPLES OU ESTENDIDA, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 02 (DOIS) OCUPANTES, TRAÇÃO 4X2, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E DE SERVIÇOS, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS, APOIO DE CABEÇA, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE CARGA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES DE SEGURANÇA E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.
5.	02	VEÍCULO	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO SEDAN COMPACTO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA, PORTA-MALAS COM CAPACIDADE COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES DE SEGURANÇA E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.

A exigência de veículos 0 (zero) quilômetro na presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir maior confiabilidade mecânica, segurança operacional, eficiência administrativa e redução de riscos de interrupção dos serviços públicos desempenhados pelas Secretarias Municipais.

Veículos novos apresentam menor probabilidade de falhas mecânicas, panes elétricas e desgaste prematuro de componentes, o que contribui diretamente para a continuidade dos serviços públicos, especialmente considerando que as atividades desenvolvidas pelo Município envolvem deslocamentos frequentes em áreas urbanas e rurais, muitas vezes em condições adversas de trafegabilidade. A utilização de veículos usados pode implicar maior incidência de manutenção corretiva, aumento de custos indiretos, paralisações imprevistas e comprometimento da execução das políticas públicas.

Além disso, veículos 0 km contam com garantia integral de fábrica, assegurando maior previsibilidade contratual, cobertura contra defeitos de fabricação e suporte técnico autorizado, o que reduz riscos administrativos e proporciona maior economicidade a médio e longo prazo. Tal medida também contribui para a preservação da imagem institucional da Administração Pública, ao disponibilizar à população veículos em perfeitas condições estéticas e funcionais.

A padronização da frota com veículos novos possibilita ainda melhor controle de desempenho, consumo, manutenção programada e vida útil estimada, favorecendo o planejamento orçamentário e a gestão eficiente dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a opção por veículos 0 (zero) quilômetro mostra-se técnica e administrativamente adequada, necessária e alinhada ao interesse público, assegurando maior segurança aos servidores, usuários dos serviços públicos e à própria Administração Municipal.

Embora o Registro Geral de Serviços tenha estabelecido, como regra, a exigência de veículos 0 (zero) quilômetro, a inclusão de veículo do tipo van pelo Fundo Municipal de Saúde apresenta natureza específica e distinta das demais categorias de veículos previstas no processo.

A exigência de que a van possua no mínimo até 03 (três) anos de uso justifica-se por critérios técnicos, econômicos e operacionais próprios do serviço de transporte coletivo de pacientes, considerando que veículos dessa categoria possuem maior valor de mercado quando 0 km, o que impactaria diretamente no custo mensal da locação e, consequentemente, na economicidade da contratação.

Veículos do tipo van com até três anos de uso mantêm elevado padrão de segurança, desempenho e confiabilidade mecânica, especialmente quando submetidos a manutenção preventiva regular e devidamente comprovada, sendo plenamente aptos à execução dos serviços de transporte de pacientes, inclusive em deslocamentos intermunicipais e interestaduais. Além disso, essa flexibilização amplia a competitividade do certame, permitindo maior participação de empresas e potencial redução de preços, sem comprometer a qualidade e a segurança do serviço prestado.

Ressalta-se que a exigência de limite máximo de até 03 (três) anos de uso garante que o veículo ainda esteja dentro de padrões modernos de segurança, conforto e eficiência, preservando o interesse público e assegurando a continuidade do serviço essencial de saúde.

Assim, a diferenciação do requisito quanto à van não representa contradição com a regra geral, mas sim adequação técnica à especificidade do objeto, observando-se os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade, competitividade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (PESQUISA DE PREÇOS)

A definição do valor estimado da contratação será realizada por meio de pesquisa de preços devidamente estruturada e fundamentada, utilizando-se a plataforma Banco de Preços, ferramenta especializada que consolida, organiza e disponibiliza dados de mercado provenientes de contratações públicas realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, nos âmbitos municipal, estadual e federal.

A adoção dessa metodologia tem por finalidade assegurar a fidedignidade, a atualidade e a representatividade dos valores levantados, uma vez que a referida plataforma reúne informações extraídas de processos licitatórios e contratações de objetos similares, refletindo preços efetivamente praticados no mercado público, bem como considerando as variações regionais, temporais e as especificidades inerentes ao objeto da contratação. Dessa forma, os dados coletados possibilitam a formação de estimativas compatíveis com a realidade de mercado e adequadas às

condições pretendidas pela Administração.

Os valores obtidos por meio da plataforma Banco de Preços servirão como parâmetro técnico para a composição do valor estimado da contratação, subsidiando a elaboração do Termo de Referência e a instrução do procedimento administrativo, em observância aos princípios da economicidade, razoabilidade, planejamento, transparência e eficiência administrativa.

Ressalta-se que a pesquisa de preços será devidamente documentada e juntada aos autos do processo, contendo o detalhamento das contratações utilizadas como referência, de modo a garantir a rastreabilidade, a verificabilidade e o controle dos valores estimados, possibilitando a adequada análise pelos órgãos de controle interno e externo, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

10. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

A definição da solução a ser adotada para atendimento da demanda de veículos do Município de Cariri do Tocantins/TO foi precedida de análise técnica, administrativa, operacional e financeira das alternativas disponíveis, considerando-se a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, a eficiência administrativa, a previsibilidade orçamentária e a mitigação de riscos relacionados à gestão da frota municipal. A avaliação contemplou não apenas o custo nominal das alternativas, mas, sobretudo, a viabilidade prática de sua implementação no contexto orçamentário e financeiro atual do Município.

Solução Viável: Contratação de empresa especializada para a locação de veículos (terceirização da frota)

A contratação de empresa especializada para a locação de veículos, sem motorista, com todas as despesas inclusas revela-se a solução mais adequada e viável para a Administração Municipal, uma vez que transfere à contratada a responsabilidade integral pela gestão da frota, abrangendo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento e substituição de pneus, seguros, pagamento de IPVA, licenciamento, taxas, tributos e demais encargos necessários à plena e regular utilização dos veículos.

Sob o aspecto operacional, a locação garante a disponibilização célere de veículos compatíveis com as necessidades específicas de cada Secretaria, possibilitando a recomposição imediata da frota e a substituição rápida dos veículos em caso de falhas mecânicas, sinistros ou indisponibilidade, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos. Tal característica mostra-se essencial para Secretarias que atuam predominantemente em campo, em áreas urbanas e rurais, bem como para unidades que demandam prontidão no atendimento, a exemplo do Conselho Tutelar.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, embora a locação possa, em determinadas situações, apresentar custo nominal superior à aquisição direta de veículos, esta se mostra mais viável no cenário atual do Município, considerando que a Administração não dispõe, no momento, de saldo financeiro suficiente em caixa para suportar o elevado desembolso inicial necessário à aquisição de bens permanentes, sem comprometer o equilíbrio fiscal e o atendimento de outras despesas

obrigatórias. A locação permite a diluição do impacto financeiro ao longo do tempo, viabilizando o atendimento imediato da necessidade administrativa, sem a imobilização de recursos públicos e sem gerar pressão excessiva sobre o orçamento municipal.

Adicionalmente, a terceirização da frota proporciona maior previsibilidade de custos, uma vez que o valor contratado engloba todas as despesas operacionais, eliminando gastos extraordinários e imprevisíveis com manutenção, reposição de peças, pneus, seguros e encargos legais. Tal modelo contribui para o planejamento financeiro, reduz riscos fiscais e permite melhor controle da despesa pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e responsabilidade fiscal.

Sob o aspecto administrativo, a locação reduz significativamente a carga de trabalho relacionada à gestão direta da frota própria, como controle de manutenção, gestão de seguros, regularização documental e acompanhamento de revisões, permitindo que a Administração concentre seus esforços nas atividades finalísticas. Ademais, a contratação por mês/veículo confere maior flexibilidade à Administração, possibilitando a utilização dos serviços conforme a real necessidade, sem obrigação de contratação integral do quantitativo estimado.

Destaca-se, ainda, como vantagem relevante, a adoção do Sistema de Registro de Preços, que confere à Administração maior flexibilidade e eficiência na contratação, uma vez que possibilita a contratação futura, eventual e parcelada dos serviços, conforme a efetiva necessidade, sem obrigatoriedade de consumo integral do quantitativo registrado. O Registro de Preços permite melhor gestão da demanda, adequação do gasto público à disponibilidade orçamentária, agilidade nas contratações e redução de riscos de ociosidade ou contratação desnecessária, reforçando os princípios do planejamento, da economicidade e da eficiência administrativa.

Dessa forma, considerando a indisponibilidade financeira imediata para aquisição, a urgência na disponibilização dos veículos, a flexibilidade proporcionada pelo Registro de Preços e a relevância das atividades desempenhadas pelas Secretarias demandantes, a contratação de empresa especializada para a locação de veículos configura-se como a solução tecnicamente adequada, financeiramente viável e administrativamente eficiente, plenamente alinhada ao interesse público e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Solução Não Viável: Aquisição direta de veículos para composição de frota própria

A alternativa de aquisição direta de veículos foi analisada e considerada não viável para o atendimento da presente demanda, em razão do elevado desembolso inicial exigido, da inexistência de disponibilidade financeira imediata em caixa e da geração de custos contínuos e imprevisíveis ao longo da vida útil dos bens, tais como manutenção corretiva, substituição de pneus, seguros, IPVA, licenciamento e demais encargos legais.

Além disso, a aquisição implica aumento da complexidade administrativa relacionada à gestão da frota própria, demanda estrutura técnica específica e expõe a Administração aos efeitos da depreciação patrimonial, obsolescência tecnológica e maior risco de indisponibilidade dos veículos, especialmente em razão do uso intensivo em atividades de campo. Ademais, reduz a flexibilidade

da Administração para adequar o quantitativo e o tipo de veículos às variações de demanda ao longo do tempo, podendo resultar em ociosidade ou subutilização de bens públicos.

Diante desses fatores, conclui-se que a aquisição direta de veículos não atende, no momento, aos critérios de **viabilidade financeira, eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos**, razão pela qual se mostra inadequada frente à solução de locação proposta.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação admite o parcelamento da solução, uma vez que o objeto consiste na prestação de serviços de locação de veículos, cuja execução ocorre de forma continuada e pode ser operacionalizada por mês/veículo, conforme a efetiva necessidade da Administração Pública. A adoção do parcelamento mostra-se tecnicamente adequada e compatível com a natureza do objeto, permitindo maior flexibilidade na gestão da frota locada e no controle da despesa pública.

O parcelamento possibilita que a Administração contrate e utilize os veículos de forma gradual e conforme a demanda real das Secretarias Municipais, sem a obrigatoriedade de utilização integral do quantitativo estimado, o que contribui para a economicidade, evita gastos desnecessários e assegura melhor adequação entre a necessidade administrativa e a despesa realizada. Tal modelo também permite ajustes ao longo da vigência contratual, considerando eventuais alterações nas demandas operacionais e administrativas dos setores atendidos.

Do ponto de vista orçamentário e financeiro, o parcelamento da execução e do pagamento, por meio da medição mensal dos serviços efetivamente prestados, reduz o impacto financeiro imediato sobre o orçamento municipal, viabilizando a contratação mesmo diante de restrições de disponibilidade de recursos em caixa. Essa forma de execução assegura maior previsibilidade de gastos e facilita o planejamento financeiro da Administração, em consonância com os princípios da responsabilidade fiscal, do planejamento e da eficiência administrativa.

Ressalta-se, ainda, que o parcelamento não compromete a padronização, a qualidade e a eficiência da execução do objeto, uma vez que as especificações técnicas dos veículos permanecem previamente definidas e a contratada permanece responsável pela disponibilização e manutenção da frota, conforme as condições contratuais estabelecidas. Assim, o parcelamento da solução revela-se adequado, vantajoso e plenamente compatível com o interesse público e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO

Com a presente contratação, pretende-se assegurar a disponibilidade contínua de veículos adequados às necessidades específicas de cada Secretaria Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e das demais unidades administrativas, garantindo condições apropriadas de mobilidade para a execução das atividades administrativas, operacionais, técnicas e de fiscalização, tanto em área urbana quanto rural. A disponibilização de veículos compatíveis com as atribuições de cada setor visa eliminar limitações logísticas, ampliar a capacidade de atendimento e assegurar maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

Espera-se, ainda, promover a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços públicos essenciais, evitando paralisações decorrentes da indisponibilidade ou inadequação da frota, especialmente em atividades que demandam deslocamentos frequentes e atendimento imediato, como ações de campo, vistorias, fiscalizações, transporte institucional e atendimentos à população. A contratação proporcionará maior agilidade no cumprimento das políticas públicas municipais e na resposta às demandas da sociedade.

No âmbito do Fundo Municipal de Saúde, a alocação de 02 (duas) vans e 02 (dois) veículos de passeio, sendo 01 (um) sedã e 01 (um) hatch, busca garantir resultados concretos na organização e execução das ações de saúde. A primeira van será destinada ao transporte regular de pacientes para consultas especializadas, exames e procedimentos médicos na Capital, Palmas/TO, e em municípios circunvizinhos, assegurando dignidade, conforto e segurança no transporte sanitário, bem como a continuidade dos atendimentos de média e alta complexidade. A segunda van atenderá às demandas de deslocamento de equipes multiprofissionais para ações em áreas rurais, campanhas de vacinação, mutirões e atendimentos itinerantes, fortalecendo a cobertura assistencial e ampliando o alcance das políticas públicas de saúde. Já os veículos de passeio (sedã e hatch) garantirão suporte às atividades administrativas, técnicas e de supervisão da Secretaria de Saúde, assegurando mobilidade à equipe gestora e maior eficiência na coordenação dos serviços.

Outro resultado pretendido consiste na previsibilidade e no controle dos custos, uma vez que a locação de veículos com todas as despesas inclusas elimina gastos extraordinários e imprevisíveis relacionados à manutenção, seguros, tributos e encargos legais, contribuindo para o planejamento financeiro e a racionalização do uso dos recursos públicos. A terceirização da frota reduz a necessidade de imobilização de recursos em bens permanentes e mitiga riscos associados à depreciação e à obsolescência dos veículos, proporcionando maior sustentabilidade administrativa.

No âmbito da gestão, a contratação simplifica o controle da frota, transferindo à contratada a responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva, regularidade documental e demais obrigações legais, permitindo que a Administração concentre seus esforços nas atividades finalísticas. Ademais, a adoção do Sistema de Registro de Preços proporciona flexibilidade operacional, possibilitando a adequação do quantitativo de veículos à necessidade real ao longo da vigência contratual.

Por fim, pretende-se alcançar melhoria substancial na eficiência administrativa, na segurança dos deslocamentos, na qualidade do transporte sanitário e na efetividade das políticas públicas municipais, assegurando que as Secretarias Municipais e o Fundo Municipal de Saúde disponham de meios adequados ao pleno desempenho de suas atribuições legais, em consonância com os princípios do interesse público, da economicidade, da eficiência e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o

objetivo desta contratação seja atingido. Assim destaca-se ainda que a contratação, não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base nas análises técnicas, administrativas, operacionais e financeiras realizadas no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a locação de veículos, sem motorista, com todas as despesas inclusas, mostra-se plenamente viável, necessária e adequada para atendimento das demandas do Município de Cariri do Tocantins/TO, de suas Secretarias Municipais e do Fundo Municipal de Saúde.

A solução proposta revela-se compatível com a realidade orçamentária e financeira atual do Município e do Fundo Municipal de Saúde, especialmente diante da indisponibilidade de recursos imediatos para aquisição direta de veículos, bem como da necessidade urgente de recomposição e modernização da frota destinada à manutenção dos serviços públicos essenciais. No âmbito da saúde, a contratação é ainda mais relevante, considerando a imprescindibilidade do transporte regular de pacientes para consultas, exames e procedimentos especializados na Capital e em municípios circunvizinhos, bem como o deslocamento de equipes multiprofissionais para atendimentos em áreas rurais, campanhas e ações itinerantes, assegurando a continuidade e a qualidade da assistência à população.

A locação proporciona maior previsibilidade de custos, uma vez que contempla todas as despesas inerentes à utilização dos veículos, reduzindo riscos de gastos extraordinários com manutenção, seguros e encargos legais. Além disso, confere maior flexibilidade operacional, permite a adequação do quantitativo à necessidade real da Administração ao longo da vigência contratual e mitiga riscos relacionados à depreciação, obsolescência e gestão patrimonial, promovendo melhor racionalização dos recursos públicos.

Ressalta-se que a contratação observa as disposições da Lei nº 14.133/2021, encontra respaldo em pesquisa de preços devidamente estruturada e apresenta solução tecnicamente compatível com as especificidades das atividades administrativas, operacionais e assistenciais desenvolvidas pelas Secretarias Municipais e pelo Fundo Municipal de Saúde, assegurando regularidade, segurança, eficiência e continuidade dos serviços públicos.

Diante do exposto, declara-se viável a contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo com a elaboração do Termo de Referência e a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, nos termos da legislação vigente e em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

15. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

A viabilidade da presente contratação está fundamentada na análise integrada dos aspectos técnicos, operacionais, administrativos, orçamentários e financeiros, a qual demonstra que a locação de veículos, sem motorista, com todas as despesas inclusas, constitui a solução mais adequada para

atender às necessidades atuais do Município de Cariri do Tocantins/TO, de suas Secretarias Municipais e do Fundo Municipal de Saúde.

Do ponto de vista técnico e operacional, a locação permite a disponibilização de veículos compatíveis com as atividades desenvolvidas por cada Secretaria e pelo Fundo Municipal de Saúde, garantindo mobilidade, segurança e eficiência para a execução de ações administrativas, vistorias, fiscalizações, atendimentos institucionais e atividades de campo, tanto em áreas urbanas quanto rurais. No âmbito da Saúde, a medida é ainda mais relevante, considerando a necessidade contínua de transporte de pacientes para consultas especializadas, exames e procedimentos médicos na Capital, Palmas/TO, e em municípios circunvizinhos, bem como o deslocamento de equipes multiprofissionais para campanhas, atendimentos itinerantes e ações em áreas rurais. A possibilidade de substituição imediata dos veículos em caso de indisponibilidade assegura a continuidade dos serviços públicos essenciais, reduzindo riscos de paralisações e prejuízos ao atendimento da população.

Sob o aspecto orçamentário e financeiro, a contratação mostra-se viável por não exigir elevado desembolso inicial, o que se revela compatível com a atual disponibilidade financeira do Município e do Fundo Municipal de Saúde. A locação dilui os custos ao longo da vigência contratual, proporciona maior previsibilidade da despesa e elimina gastos extraordinários relacionados à manutenção, seguros, tributos e encargos legais, contribuindo para o equilíbrio fiscal e o adequado planejamento financeiro.

No âmbito administrativo, a terceirização da frota reduz a complexidade da gestão direta de veículos próprios, transferindo à contratada a responsabilidade pela manutenção, regularidade documental e condições de uso da frota, o que permite à Administração e ao Fundo Municipal de Saúde concentrarem esforços em suas atividades finalísticas. Além disso, a contratação por mês/veículo confere flexibilidade para ajustar a utilização dos serviços conforme a real necessidade, reforçando a economicidade, a eficiência e o controle do gasto público.

Dessa forma, considerando a urgência na recomposição da frota municipal e da frota destinada à saúde, a inexistência de recursos imediatos para aquisição de bens permanentes e os benefícios operacionais e financeiros decorrentes da locação, resta plenamente justificada a viabilidade da contratação, a qual se encontra alinhada ao interesse público e aos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado sob a responsabilidade das servidoras abaixo identificadas, no exercício de suas atribuições institucionais:



MAYSA FERREIRA CRISTINO

Superintendente de Planejamento e Gestão

Prefeitura Municipal de Cariri

Avenida Bernardo Sayao, s/n - Centro - Cariri do Tocantins - TO CEP 77453-000

telefone (63) 3383-1165
e-mail prefeitura.cariri2528@gmail.com CNPJ: 37.344.397/0001-49



SAMARA DA SILVA SOUZA
Secretária de Administração

16. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

AUTORIDADE MÁXIMA
(§ 3º do art. 11)

ELTON MOREIRA ALVES
Prefeito Municipal

Cariri do Tocantins/TO, 30 de abril de 2026.



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA (TIMBRE DA EMPRESA)

DADOS DA EMPRESA	
Razão Social:	
CNPJ (MF):	
Inscrição Estadual nº.:	Inscrição Municipal nº.:
Endereço:	
Telefone:	WhatsApp:
E-mail:	
Qualificação do responsável legal par assinatura da ata/contrato:	

Senhor Pregoeiro,

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Pregão Eletrônico-SRP nº. XXX/XXXX-XXX, cujo objeto é o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, COM TODAS AS DESPESAS INCLUSAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA"**, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, passamos a formular a seguinte proposta:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
02						
03						

1.1. Preço total da proposta: R\$ XXXX (por extenso).

1.2. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital do Pregão Eletrônico-SRP nº. XXX/XXXX-XXX.

1.3. No preço indicado acima estão incluídos todos os custos, inclusive encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

1.4. Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que o objeto será fornecido de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

1.5. Declaro que nossa empresa É/NÃO é optante do SIMPLES NACIONAL.

1.6. Declaro que examinei, minuciosamente, o pertinente Edital, seus Anexos, e que estudei, comparei e os encontrei corretos, aceitando e submetendo-me, integralmente, às suas condições, e que obtive do Setor de Licitação e/ou Pregoeiro, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca dos fornecimentos/serviços a executar.

1.7. Declaro que não será permitido qualquer espécie de interferência por parte da Contratante, por intermédio de seus agentes públicos, na gestão de recursos humanos da nossa empresa, especialmente na seleção de nossos profissionais afetos à prestação dos respectivos serviços.

1.8. Informo, desde já, que os pagamentos deverão ser creditados à Conta Corrente nº _____,

Agência nº. _____, Banco _____, Chave Pix e nome _____.

1.9. Declaro sob as penas da lei que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, sob pena de sujeição às penalidades previstas no Edital do Pregão Eletrônico-SRP nº. XXX/XXXX-XXX, referente a _____.

1.10. Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII da CFRB/88.

1.11. Declaro para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Eletrônico-SRP nº. XXX/XXXX-XXX, instaurado por este município, que não estamos impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas.

1.12. Declaro que estamos cientes e aceitamos as condições do Termo de Referência especialmente as fixadas para pagamento e execução contidas no Edital e seus anexos.

1.13. Informo, desde já, que o preposto para representar a empresa durante a vigência da ata/contrato será: (qualificação do preposto)

Local, ____ de ____ de ____

Nome Empresarial
CNPJ

Nome do Representante Legal

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXX/XXXX-XXX

Processo Administrativo nº. XXX/XXXX-XXX

Licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônico - SRP nº. XXX/XXXX-XXX

Tipo: MENOR PREÇO MENSAL

Processo de Compras nº. XXX

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, COM TODAS AS DESPESAS INCLUSAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Aos XX dias do mês de XXXXXXXXXX do ano de XXXX, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS**, como ÓRGÃO GERENCIADOR, inscrita no CNPJ nº. 37.344.397/0001-49, com sede na Av. Bernardo Sayão, nº 01, Centro, Município de Cariri do Tocantins — TO, representada pelo **Sr. Prefeito Elton Moreira Alves**, brasileiro, casado, empresário, CPF nº. 872.575.051-87 e RG nº. 244.310 SSP/TO, residente na Avenida JJ, Setor Novo Horizonte, Município de Cariri do Tocantins — TO, CEP nº. 77.453-000, ou;

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.308.833/0001-01, com sede Rua Julieta Zeferina de Oliveira, s/n, Centro, CEP: 77453-000, Cariri do Tocantins/TO, representado pelo Gestor Municipal o Sr. Leandro Evaristo da Silva, brasileiro, casado, servidor público, portador da Carteira de Identidade RG nº. 689.117 SSP/TO e CPF nº. 024.830.591-39, residente e domiciliado na Rua Evangelista Pereira dos Santos, nº. 361, Centro, CEP: 77.453-000, Cariri do Tocantins/TO;

denomina nesta:

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, Inscrição Estadual nº. XX.XXX.XXX-XX, Inscrição Municipal nº. XXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXX, CEP nº. XXXXX-XXX. Fone: (XX) XXXX-XXXX/XXXX-XXXX, e-mail: XXXXXXXXXX@XXX.com, representada neste ato pelo(a) Sr.(a) XXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito(a) no CPF nº. XXXXX e RG nº. XXXXX, residente e domiciliado na XXXXXX.

Considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº. XXX/XXXX-XXX, processo administrativo nº. XXX/XXXX, homologada no dia XX/XX/XXXX, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº. 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, COM TODAS AS DESPESAS INCLUSAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME**

ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. O Edital do Pregão Eletrônico-SRP nº. XXX/XXXX-XXX, bem como seus anexos, é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços/fornecimento dos itens, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de prestação dos serviços/fornecimento, em igualdade de condições, da Lei nº 14.133/21.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações dos itens, as quantidades, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTD	PERIODO DE EXECUÇÃO	VALOR UNITÁRIO
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN 16 LUGARES - COM CAPACIDADE DE LOTAÇÃO DE 15 PASSAGEIROS + 01 MOTORISTA; ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2024, COM SISTEMA DE AR CONDICIONADO, COM 02 (DUAS) PORTAS NA CABINA, 01 (UMA) PORTA LATERAL (LADO DIREITO) COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO E 01 (UMA) TRASEIRA DUPLA COM ABERTURA PARA OS LADOS. DEVERA POSSUIR FREIOS ABS NAS 04 RODAS, DIANTEIRAS E TRASEIRAS. AIRBAG DUPLO PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO. TRAVAS ELÉTRICAS, VIDROS ELÉTRICOS, ALARME. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. MOTOR A DIESEL, TURBO, POTÊNCIA MÍNIMO DE 136CV. TRANSMISSÃO C/ MÍNIMO 06 MARCHAS À FRENTE E 01 A RÉ, AIR BAG, SISTEMA DE SOM; TANQUE COMBUSTÍVEL CAPACIDADE MÍNIMA: 70 L, SISTEMA ELÉTRICO 12 V; COM DOCUMENTAÇÃO REGULARIZADA E EM CONFORMIDADE COM AS LEIS DE TRÂNSITO, SEM MOTORISTA.	VEÍCULO	2		
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DE PASSEIO, DO TIPO HATCH, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA E DEMAIS ITENS DE CONFORTO E SEGURANÇA DE SÉRIE, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES E ÀS	VEÍCULO	4		

	EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.				
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA-COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, TRAÇÃO 4X2 OU 4X4, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RURAL, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA) OU DIESEL, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE ELÉTRICO OU MANUAL, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO OU MATERIAL SIMILAR, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA, COMPUTADOR DE BORDO OU PAINEL MULTIFUNCIONAL, CAPACIDADE DE CARGA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.	VEÍCULO	1		
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO PICK-UP LEVE, CABINE SIMPLES OU ESTENDIDA, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 02 (DOIS) OCUPANTES, TRAÇÃO 4X2, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E DE SERVIÇOS, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS, APOIO DE CABEÇA, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE CARGA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES DE SEGURANÇA E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.	VEÍCULO	5		
5	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO SEDAN COMPACTO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE	VEÍCULO	2		

MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA, PORTA-MALAS COM CAPACIDADE COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES DE SEGURANÇA E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.				
---	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.3. Dos itens destinados ao Órgão Gerenciador e Órgão Participante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS

ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL OU SERVIÇOS
1	01	MÊS/VEÍCULO	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA- COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, TRAÇÃO 4X2 OU 4X4, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RURAL, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA) OU DIESEL, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE ELÉTRICO OU MANUAL, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO OU MATERIAL SIMILAR, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA, COMPUTADOR DE BORDO OU PAINEL MULTIFUNCIONAL, CAPACIDADE DE CARGA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.
2	01	MÊS/VEÍCULO	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO SEDAN COMPACTO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA, PORTA-MALAS COM CAPACIDADE COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES DE SEGURANÇA E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.
3	05	MÊS/VEÍCULO	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO PICK-UP LEVE, CABINE SIMPLES OU ESTENDIDA, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 02 (DOIS) OCUPANTES, TRAÇÃO 4X2, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E DE SERVIÇOS, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS

			FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS, APOIO DE CABEÇA, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE CARGA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES DE SEGURANÇA E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.
4	03	MÊS/VEÍCULO	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DE PASSEIO, DO TIPO HATCH , COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA E DEMAIS ITENS DE CONFORTO E SEGURANÇA DE SÉRIE, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS

ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL OU SERVIÇOS
1	02	MÊS/VEÍCULO	VEÍCULO TIPO VAN 16 LUGARES - COM CAPACIDADE DE LOTAÇÃO DE 15 PASSAGEIROS + 01 MOTORISTA; ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2024, COM SISTEMA DE AR CONDICIONADO, COM 02 (DUAS) PORTAS NA CABINA, 01 (UMA) PORTA LATERAL (LADO DIREITO) COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO E 01 (UMA) TRASEIRA DUPLA COM ABERTURA PARA OS LADOS. DEVERA POSSUIR FREIOS ABS NAS 04 RODAS, DIANTEIRAS E TRASEIRAS. AIRBAG DUPLO PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO. TRAVAS ELÉTRICAS, VIDROS ELÉTRICOS, ALARME. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. MOTOR A DIESEL, TURBO, POTÊNCIA MÍNIMO DE 136CV. TRANSMISSÃO C/ MÍNIMO 06 MARCHAS À FRENTE E 01 A RÉ, AIR BAG, SISTEMA DE SOM; TANQUE COMBUSTÍVEL CAPACIDADE MÍNIMA: 70 L, SISTEMA ELÉTRICO 12 V; COM DOCUMENTAÇÃO REGULARIZADA E EM CONFORMIDADE COM AS LEIS DE TRÂNSITO, SEM MOTORISTA.
2	01	MÊS/VEÍCULO	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO SEDAN COMPACTO , COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA, PORTA-MALAS COM CAPACIDADE COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES DE SEGURANÇA E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.
3	01	MÊS/VEÍCULO	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DE PASSEIO, DO TIPO HATCH , COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO

			02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA E DEMAIS ITENS DE CONFORTO E SEGURANÇA DE SÉRIE, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.
--	--	--	---

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021;

3.1.3. Consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será analisada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do subitem 3.1.

3.6. Dos limites para as adesões;

3.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.7. As adesões à ata de registro de preços serão processadas em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021.

4. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O(s) contrato(s) decorrente(s) desta Ata de Registro de Preços terá(ão) sua(s) vigência(s) estabelecida(s) no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do(s) contrato(s) ou do(s) instrumento(s) substituto(s) deverá(ão) haver a(s) indicação(ões) da(s) disponibilidade(s) dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A(s) contratação(ões) com o fornecedor registrado nesta Ata será(ão) formalizada(s) pelo(s) órgão(s) interessado(s) por intermédio de instrumento(s) contratual(is), emissão de nota(s) de empenho de despesa, autorização(ões) de compra ou outro(s) instrumento(s) hábil(eis), conforme o art. 95 da Lei nº. 14.133, de 2021.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº. 14.133, de 2021.

5.4. Será incluído nesta ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; ou

5.4.2. Mantiverem sua proposta original.

5.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrado nesta ata.

5.6. O registro a que se refere o subitem 5.4. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9. (CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS) abaixo.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar esta ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital (ICP-Brasil).

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.14. A existência de preços registrado implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser revisados e atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução desta ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Os reajustamentos/repactuações serão processados em conformidade com a Lei Federal nº.

14.133/2021.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADO

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9. (CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS) abaixo, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitem 7.2., o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.3. As negociações de preços registrados serão processadas em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrado nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº. 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do subitem 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8.8. O remanejamento das quantidades registradas na ata de registro de preços será processado em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a(s) nota(s) de empenho, ou instrumento(s) equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº. 11.462, de 2023;

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº. 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº. 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata

de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem 9.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº. 11.462, de 2023.

9.5. O cancelamento do registro do licitante vencedor e os preços registrados observarão as determinações da Lei Federal nº. 14.133/2021.

10. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

10.1. As despesas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Cariri do Tocantins/TO, nas dotações abaixo discriminadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI

0303.0012.04.122.0012.2003 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO - SAPG. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0003.27.606.0186.2151 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RURAL - SIR. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0003.14.422.0155.2166 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA MULHER E CIDADANIA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.2052.15.451.0147.2052 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - SINFHMA. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO.

FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0021.20.122.0152.2005 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SAP. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0028.18.541.0149.2167 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E TURISMO. 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0030.04.122.0012.2166 – MANUTENÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER E CIDADANIA. 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02.02.0150.10.122.0025.2025 – GESTÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15001002000000 – ASPS.

10.2. Poderá ser incluída nova dotação orçamentária ou alterada as existentes desde que justificadas mediante Termo de Apostilamento.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das sanções estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

12.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Cariri do Tocantins, ____ de _____ de ____.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO
TOCANTINS – TO**

CNPJ nº 37.344.397/0001-49

Sra. Elton Moreira Alves
ORGÃO GERENCIADOR

XXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXXXXXX

CNPJ nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX

Sr. XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX

DETENTORA

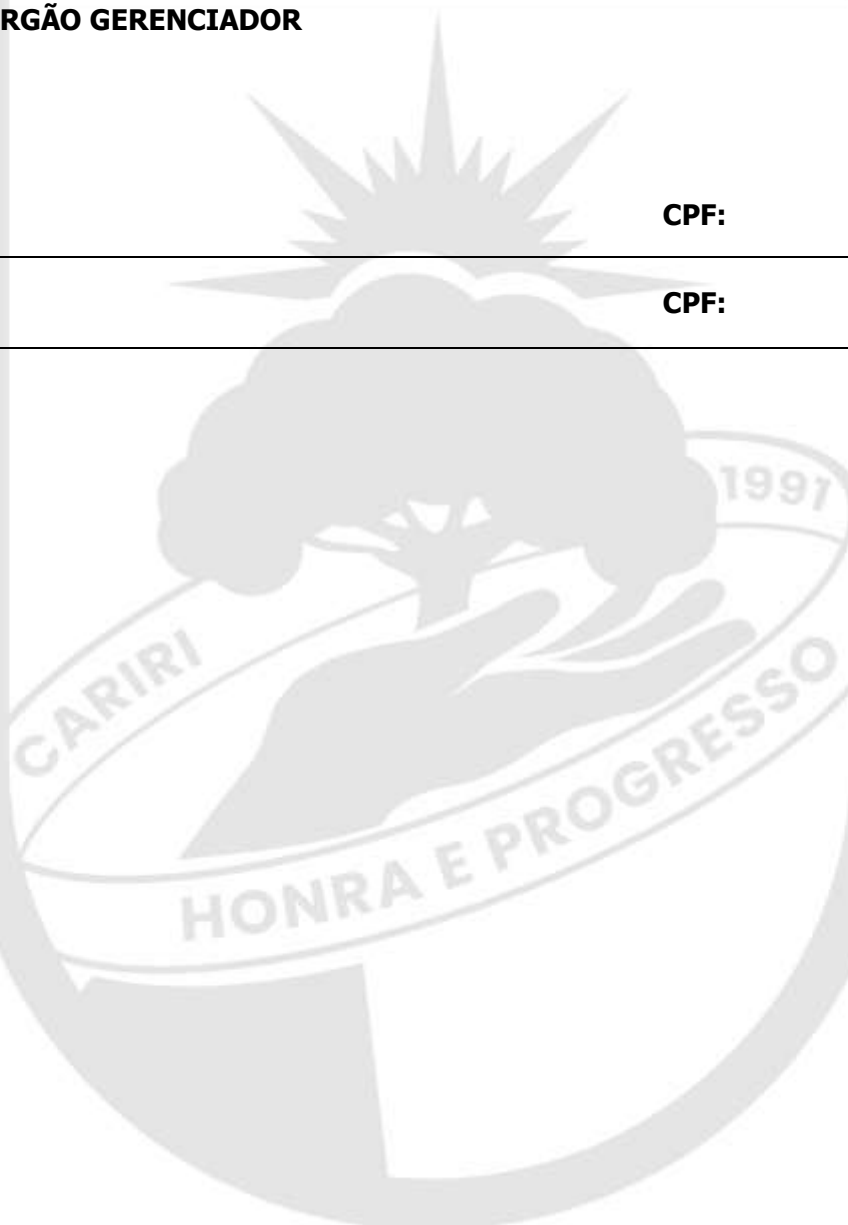
Testemunhas:

1.

CPF:

2.

CPF:



ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXX/XXXX-XXX – CADASTRO RESERVA

Processo Administrativo nº. XXX/XXXX-XXX

Licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônico - SRP nº. XXX/XXXX-XXX

Tipo: MENOR PREÇO MENSAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE (MÁQUINAS E VEÍCULOS) PARA SUPRIR AS DEMANDAS DIÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS, PARA OS PRÓXIMOS 12 (DOZE) MESES.

1.1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
Item	Quantidade	Unidade	Especificações	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

1.2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
Item	Quantidade	Unidade	Especificações	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. XXX/XXXX-XXX

QUE FAZEM ENTRE SI A(O)
XXXXXXXXXXXXXXXXXX E XXXXXXXXXXXXXXXX.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 37.344.397/0001-49, com sede na Av. Bernardo Sayão nº 01 Centro, Município de Cariri do Tocantins – TO, representada neste ato pelo Sr. Prefeito **Elton Moreira Alves**, brasileiro, casado, Empresário, CPF 872.575.051-87 e RG 244.310 SSP/TO, residente na Avenida JJ, Setor Novo Horizonte - Cariri do Tocantins – TO, CEP 77.453-000, doravante designado **CONTRATANTE** e

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRI DO TOCANTINS/TO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.308.833/0001-01, com sede Rua Julieta Zeferina de Oliveira, s/n, Centro, CEP: 77453-000, Cariri do Tocantins/TO, representado pelo Gestor Municipal o Sr. Leandro Evaristo da Silva, brasileiro, casado, servidor público, portador da Carteira de Identidade RG nº. 689.117 SSP/TO e CPF nº. 024.830.591-39, residente e domiciliado na Rua Evangelista Pereira dos Santos, nº. 361, Centro, CEP: 77.453-000, Cariri do Tocantins/TO, doravante designado **CONTRATANTE** e

de outro lado **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço na XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX, representada neste ato pelo Sr.(a) XXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF nº. XXX.XXX.XXX-XX e portador(a) da Carteira de Identidade (RG) nº. XXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX, doravante designado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente CONTRATO, de acordo com a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações, elaborado de acordo com a minuta examinada pela PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO, *ex-vi* do disposto no parágrafo primeiro do art. 53, da Lei 14.133/21 e suas alterações, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, COM TODAS AS DESPESAS INCLUSAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

1.2. Dos preços, as especificações dos itens, as quantidades, e as demais condições são as que seguem:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTD	PERIODO DE EXECUÇÃO	VALOR UNITÁRIO
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN 16 LUGARES - COM CAPACIDADE DE LOTAÇÃO DE 15 PASSAGEIROS + 01 MOTORISTA; ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2024, COM SISTEMA DE AR CONDICIONADO, COM 02 (DUAS) PORTAS NA CABINA, 01 (UMA) PORTA LATERAL (LADO DIREITO) COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO E 01 (UMA) TRASEIRA DUPLA COM ABERTURA PARA OS LADOS. DEVERA POSSUIR FREIOS ABS NAS 04 RODAS, DIANTEIRAS E TRASEIRAS. AIRBAG DUPLO PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO. TRAVAS ELÉTRICAS, VIDROS ELÉTRICOS, ALARME. DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. MOTOR A DIESEL, TURBO, POTÊNCIA MÍNIMO DE 136CV. TRANSMISSÃO C/ MÍNIMO 06 MARCHAS À FRENTE E 01 A RÉ, AIR BAG, SISTEMA DE SOM; TANQUE COMBUSTÍVEL CAPACIDADE MÍNIMA: 70	VEÍCULO	2		

	L, SISTEMA ELÉTRICO 12 V; COM DOCUMENTAÇÃO REGULARIZADA E EM CONFORMIDADE COM AS LEIS DE TRÂNSITO, SEM MOTORISTA.				
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DE PASSEIO, DO TIPO HATCH, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA E DEMAIS ITENS DE CONFORTO E SEGURANÇA DE SÉRIE, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.	VEÍCULO	4		
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA-COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, TRAÇÃO 4X2 OU 4X4, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RURAL, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA) OU DIESEL, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE ELÉTRICO OU MANUAL, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO OU MATERIAL SIMILAR, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA, COMPUTADOR DE BORDO OU PAINEL MULTIFUNCIONAL, CAPACIDADE DE CARGA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.	VEÍCULO	1		
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO PICK-UP LEVE, CABINE SIMPLES OU ESTENDIDA, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 02 (DOIS) OCUPANTES, TRAÇÃO 4X2, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E DE SERVIÇOS, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA,	VEÍCULO	5		

	SISTEMA DE FREIOS ABS, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS, APOIO DE CABEÇA, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE CARGA COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES DE SEGURANÇA E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.				
5	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0 (ZERO) QUILOMETRO, DO TIPO SEDAN COMPACTO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM USO URBANO E RODOVIÁRIO, COMBUSTÍVEL FLEX (ETANOL/GASOLINA), CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, SISTEMA DE FREIOS ABS, CONTROLE DE ESTABILIDADE, NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS FRONTAIS, AR-CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVAS ELÉTRICAS, RETROVISORES COM AJUSTE MANUAL OU ELÉTRICO, BANCOS REVESTIDOS EM TECIDO, AJUSTE DE ALTURA DO BANCO DO MOTORISTA, CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS PARA TODOS OS OCUPANTES, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, SISTEMA DE SOM ORIGINAL DE FÁBRICA, PORTA-MALAS COM CAPACIDADE COMPATÍVEL COM A CATEGORIA, ATENDENDO ÀS NORMAS VIGENTES DE SEGURANÇA E ÀS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA.	VEÍCULO	2		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar;

1.3.2. O Edital da Licitação Pregão Eletrônico SRP nº. XXX/XXXX-XXX;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. A Ata de Registro de Preços nº. XXX/XXXX-XXX;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

2.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV)

3.1. A prestação dos serviços será de forma IMEDIATA, contados da assinatura do contrato.

3.2. Os serviços do objeto desta licitação poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas prevista neste Termo de Referência.

3.3. A prestação do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.4. Os Veículos deverão ser entregues livres de quaisquer outros encargos, sejam multas, CRLV atrasado, etc.

3.5. Caso não cumpridas as exigências, o Fornecedor será comunicado a retirar o (s) veículo (s) e a substituí-lo (s) por outro (s) que atenda (m) as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para a Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins e ficará sujeito às penalidades previstas no Edital respectivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO (art. 92, V)

4.1. O valor da contratação é de R\$ (.....).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. O prazo para pagamento ao contratado será em até 30 (trinta) dias após a emissão com atesto da Nota Fiscal, obedecendo o estipulado no Edital e seus anexos, e devendo ser observada a ordem cronológica exigida pela Lei 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

6.1. Os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante solicitação do contratado e anuência da Administração.

6.2. Toda e qualquer repactuação deverá ser apostilada, e observará os termos da Lei 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

7.1. O prazo de vigência da contratação será até o dia XX/XX/XXXX, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

7.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que o fornecimento do objeto deste contrato tem natureza continuada;

7.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os objeto deste contrato tenham sido prestados regularmente;

7.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização

do objeto;

7.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

7.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

7.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

7.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

7.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

7.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Cariri do Tocantins/TO, na dotação abaixo discriminada:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI

0303.0012.04.122.0012.2003 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO - SAPG. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0003.27.606.0186.2151 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA RURAL - SIR. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0003.14.422.0155.2166 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA MULHER E CIDADANIA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.2052.15.451.0147.2052 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - SINFHMA. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0021.20.122.0152.2005 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SAP. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0028.18.541.0149.2167 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E TURISMO. 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

0303.0030.04.122.0012.2166 – MANUTENÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER E CIDADANIA. 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 1500000000000000 - RECURSOS PROPRIOS.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02.02.0150.10.122.0025.2025 – GESTÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99.03 – LOCAÇÃO DE VEICULO. FONTE: 15001002000000 – ASPS.

8.2. Poderá ser incluída nova dotação orçamentária ou alterada as existentes desde que justificadas mediante Termo de Apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – MATRIZ DE RISCO (art. 92, IX)

10.1. Os riscos e responsabilidades entre as partes envolvidas serão mitigados de acordo com o definido no MAPA/MATRIZ DE RISCOS.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

11.1. Uma vez notificada, a licitante vencedora deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias seguintes à notificação, para realizar a vistoria do veículo, apresentar todos os documentos exigidos e posteriormente assinar a ata de registro de preços e contrato (a critério da administração), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

11.2. Uma vez contratada, deverá a licitante vencedora iniciar imediatamente a prestação dos serviços, prestando-os de acordo com o especificado neste Termo de Referência (Anexo I);

11.3. Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal;

11.4. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for desde que praticada por seus empregados durante a prestação dos serviços;

11.5. Zelar pela perfeita prestação dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venha a ocorrer serem sanadas em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação;

11.6. Prestação dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

11.7. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

11.8. Prestação dos serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

11.9. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

11.10. A vencedora deverá assumir integralmente, por sua conta exclusiva, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária e tributária, decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto;

11.11. Manter durante o período de vigência do contrato um Preposto aceito pela Prefeitura Municipal, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

11.12. Sendo de sua responsabilidade pela realização dos serviços e a substituição do veículo quando se fizer necessário.

11.13. Será de responsabilidade da CONTRATADA todos as despesas com peças e seguro dos veículos (conforme especificação do veículo). Além dos danos causados a terceiros e quaisquer outras despesas decorrentes da presente avença, IPVA, todas as despesas com a adequação do equipamento com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, todos os encargos sociais e todos os encargos previdenciários, isentando integralmente o contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

12.1. Convocar a licitante vencedora para, no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da convocação, vistoriar os veículos apresentados e posteriormente providenciar as assinaturas na Ata de Registro de Preços e no Contrato (a critério da administração), conforme minutas constantes no Edital;

12.2. Na vistoria realizada serão avaliados os seguintes itens: parte mecânica, itens de segurança obrigatórios, documentos dos veículos (CRLV e demais documentos dos veículos novos e demais documentos das vans), e demais itens necessários para o perfeito funcionamento dos veículos.

12.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora;

12.4. Assegurar-se de boas condições dos serviços prestados, verificando sempre a sua qualidade;

12.5. Fiscalizar, através do fiscal do Contrato, o cumprimento das obrigações assumidas pela licitante vencedora, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços prestados que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo Município de Cariri do Tocantins, não deva ser interrompida;

12.6. Emitir, por intermédio do fiscal de contrato, relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega dos serviços prestados, à exigência de condições estabelecidas neste edital e à proposta de aplicação de sanções;

12.7. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

12.8. Será de responsabilidade da Contratante todas as despesas com combustível e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 92, XVIII)

13.1. A gestão do contrato, a partir da forma de execução do objeto, será acompanhada e fiscalizada por servidores nomeados e designados.

13.2. O servidor nomeado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, e deverá ainda determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhar os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, nos termos do art. 117 da Lei n.º

14.133. Toda a interação com o contratado deve ser sempre documentada nos autos do processo de fiscalização.

13.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, Lei nº. 14.133/2021).

13.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119, Lei nº. 14.133/2021).

13.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120, Lei nº. 14.133/2021).

13.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121, caput, Lei nº. 14.133/2021).

13.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (art. 121, §1º, Lei nº. 14.133/2021).

13.7. A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº. 14.133, de 2021.

13.8. A contratante irá definir listas de verificação (*checklists*) para subsidiar as ações dos fiscais e gestores de contrato, por meio da Procuradoria e/ou Controladoria Municipal, sendo esse ponto fundamental para desempenhos das funções.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O Contratante poderá realizar diligências para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.2.4. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas;

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.5. Fraudar a licitação.

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame, sem apresentar a devida justificativa;

15.1.6.4. Abandonar o certame.

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. A administração, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

15.5. As demais disposições e procedimentos são as previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº. 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

16.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

16.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais

lhe oferece vantagem.

16.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº. 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº. 14.133, de 2021).

16.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

16.6. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº. 14.133, de 2021).

16.8. A extinção contratual observará as determinações da Lei nº. 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante.

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº. 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da comarca de Gurupi/TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº. 14.133/21.

Cariri do Tocantins, ____ de _____ de XXXX.

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXX
CNPJ sob o nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXX
CNPJ sob o nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____ CPF sob o nº.: _____

2- _____ CPF sob o nº.: _____



AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS/TO** torna público para os interessados que realizará a seguinte licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2026-PREF.** Tipo: **MENOR PREÇO MENSAL.** Com abertura prevista para o dia **22 de maio de 2026** às **09h00m**, visando o **“REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, COM TODAS AS DESPESAS INCLUSAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA”**. A licitação acontecerá através da plataforma virtual: <https://licitanet.com.br>. A cópia do Edital na íntegra poderá ser retirada no site: <https://licitanet.com.br/> e no site: <https://www.cariri.to.gov.br/Transparencia/Licitacoes/>. Maiores informações através do e-mail: cplcariri2024@gmail.com ou pelos telefones: (63) 3383-1110/3383-1165.

Cariri do Tocantins/TO, 05 de maio de 2026.

ELTON MOREIRA ALVES

Prefeito Municipal de Cariri do Tocantins/TO